

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

BEATRIZ MONTEIRO DE CARVALHO PATRÍCIO

**“O SEGUNDO SEXO” E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: ILUSTRAÇÕES
DA DESIGUALDADE DE GÊNERO A PARTIR DE CONTINGÊNCIAS DE
REFORÇAMENTO NA INFÂNCIA**

SÃO PAULO

2021

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

BEATRIZ MONTEIRO DE CARVALHO PATRÍCIO

**“O SEGUNDO SEXO” E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: ILUSTRAÇÕES
DA DESIGUALDADE DE GÊNERO A PARTIR DE CONTINGÊNCIAS DE
REFORÇAMENTO NA INFÂNCIA**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado como exigência parcial para
graduação no curso de Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Daniel de
Moraes **Caro Paulo**

São Paulo

2021

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da sociedade que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. “

(Beauvoir, 1949)

Área do conhecimento: 7.00.00.00-0 – Ciências Humanas

7.07.00.00-1 – Psicologia

Título: “O Segundo Sexo” e a Análise do Comportamento: Ilustrações da desigualdade de gênero a partir de contingências de reforçamento na infância

Orientanda: Beatriz Monteiro de Carvalho Patricio

Orientador: Daniel de Moraes Caro

Ano: 2021

RESUMO

Em sua obra “O Segundo Sexo”, Simone de Beauvoir aborda a condição feminina na sociedade, buscando entender os fatores que geram a opressão do sexo feminino e como esta interfere no dia a dia e na saúde psicológica das mulheres, criticando noções internalistas tal como a de que exista uma “natureza feminina” inata. Com base nesse viés antiessencialista, é possível traçar um paralelo com concepções do behaviorismo radical para melhor entender a situação da mulher na sociedade, quais as determinantes culturais para que esta se mantenha e como a Análise do Comportamento pode ser usada como meio para avançar as pautas do movimento feminista. Este trabalho se dedica a fazer uma reinterpretação dos diferentes cenários descritos por Simone de Beauvoir a partir de conceitos behavioristas, ressaltando as possíveis aproximações entre o feminismo e a análise do comportamento e como esse diálogo pode beneficiar a ambas em seus respectivos objetivos de transformação social. Para isso, foram selecionados trechos do capítulo referente à infância do segundo volume do livro “O Segundo Sexo” e trechos de conceitos da Análise do Comportamento que pudessem explicar as relações explicitadas. Os resultados encontrados foram de que a maioria das contingências das mulheres é controlada por relações punitivas ou regras excessivamente restritas, ambos fenômenos que possuem como consequência estreitamento do repertório comportamental, além de diversos outros prejuízos psicológicos.

Palavras-chave: Simone de Beauvoir; Análise do Comportamento; Mulher; Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
1.1 O Segundo Sexo	05
1.2 Possíveis contribuições da Análise do Comportamento para o Movimento Feminista	08
1.2.1 Noção de Valores para a Análise do Comportamento.....	14
1.3 Possíveis contribuições do Movimento Feminista para a Análise do Comportamento	15
1.4 Interloquções	17
2 MÉTODO.....	19
3 RESULTADOS.....	20
3.1 Primeira diferenciação: Processo de inserção na comunidade verbal	21
3.2 Segunda diferenciação: Interações com o corpo e transferência de função.....	25
3.2.1 Para o menino	25
3.2.2 Para a menina	26
3.2.3 Puberdade.....	27
3.3 Contingências culturais	31
3.3.1 Controle por exposição às contingências e controle por regras	31
3.3.2 Autoconceito e Estreitamento de Repertório	34
4 CONCLUSÃO	51
5 REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 O Segundo Sexo

Um dos principais e primeiros livros que se propôs a examinar a questão do feminino na sociedade contemporânea, “O Segundo Sexo”, escrito em 1949 por Simone de Beauvoir, aborda a desigualdade entre os papéis sociais ocupados por mulheres e homens, em uma tentativa de definir os determinantes da experiência do sexo feminino de forma coletiva e individual; mulheres representam aproximadamente 50% da população mundial, portanto, não constituem uma minoria numérica, e sempre coexistiram com o grupo opressor, diferentemente de conflitos étnico-raciais emergentes das consequências de processos imperialistas de escravização, de conflitos religiosos ou disputas territoriais, que surgem em momentos históricos específicos e demarcados. A autora propõe que se procure, então, a origem do desequilíbrio de poder social entre os sexos, mas principalmente que se identifique quais são os fatores que mantêm este fenômeno até os dias de hoje, fazendo uma revisão histórica da figura da mulher que ajuda a entender como se configuram as relações sociais atualmente, apontando quais são as formas de controle exercidas pelo patriarcado no cotidiano, como estas se constroem, se propagam na cultura, e porque ainda ocorrem.

Em seu trabalho, a autora evidencia a subjugação da mulher diante do homem perante a sociedade, e descreve as relações sociais para entender como esta hierarquia se configura, contestando a crença social de que as mulheres sejam inferiores devido à sua constituição física menor e seus “instintos femininos”, que determinam que a mulher tem o desejo inato de servir aos outros, e deve encontrar satisfação pessoal ao cuidar do lar e da família, apenas por ser uma fêmea, e que, por ser este o caminho natural para as mulheres, qualquer uma que tente buscar por conquistas que não sejam estas será culpabilizada por não estar cumprindo seu “papel de mulher”. No livro, Beauvoir explicita que o que se entende como desejos naturais, na verdade, são imposições sociais que limitam a mulher a um papel específico de constante serventia à comunidade, que traça um destino comum para todas as mulheres pois esta seria sua predisposição orgânica, lógica que deixa implícito também que, já que as mulheres nasceram para servir, não são aptas a realizar

nenhuma outra função, criando uma série de obstáculos sociais que não estão presentes para os homens, relacionados apenas com as crenças de que as mulheres seriam mais frágeis por conta de seus corpos ou menos capazes por conta de uma suposta inclinação espontânea para servir.

A obra é composta por 2 volumes; no primeiro, intitulado “Fatos e Mitos”, a autora discorre sobre concepções existentes acerca da figura feminina, analisando fatos históricos e revisando argumentos retirados da biologia, antropologia, sociologia e psicanálise para tentar encontrar uma justificativa para a disparidade de gênero existente, paralelamente explicando diferentes formas através das quais essa opressão se manifesta. Ao longo da discussão, são contestadas crenças biologicistas e internalistas, que afirmam que exista alguma espécie de “natureza feminina” inata e comum à todas as mulheres, tampouco que seja suficiente descrevê-la somente a partir da negação do que é o homem, expondo que muito do que se acredita sobre a mulher é baseado em concepções falsas.

Já o segundo volume, “A Experiência Vivida”, é voltado a relatar o processo de formação e socialização da mulher ao longo da vida, descrevendo contextos sociais nos quais a mulher está inserida e contando experiências relacionadas à infância, juventude, relações amorosas e sexuais, matrimônio, maternidade, lesbianidade, prostituição e velhice, expondo as situações que geram vulnerabilidade enquanto destrincha diversos estereótipos, buscando identificar quais são os fatores que vão aprofundando cada vez mais a desigualdade entre homens e mulheres.

Em suma, os dois livros relatam concepções acerca da feminilidade e experiências comuns que podem ser identificadas a partir de um viés desnaturalizante e antiessencialista. A autora leva em consideração os elementos que configuram o ambiente no qual as mulheres vivem, defendendo que não é possível encontrar um fator único que configure uma explicação plausível para a desigualdade de gênero e para as adversidades enfrentadas em decorrência desta, que coloque todas as mulheres no mesmo patamar ou justifique sua posição de inferioridade social.

Quando emprego as palavras “mulher” ou “feminino” não me refiro evidentemente a nenhum arquétipo, a nenhuma essência imutável; após a maior parte de minhas afirmações cabe subentender: “no estado atual da educação e dos costumes”. Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência feminina singular. (Beauvoir, 1949/2016a, p. 07)

Assim sendo, conclui-se que não existe uma “essência feminina” com a qual todas as mulheres nascem ou qualquer outro sentimento inato. A situação da mulher é resultante de um contexto cujas diferentes circunstâncias devem ser levadas em conta caso tenhamos a pretensão de entender quais são as situações que definiriam esse fundo comum citado pela autora.

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância: o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (Beauvoir, 1949/2016a, p. 65)

Entende-se então a importância de apontar e discutir aspectos da biologia, visto que alterações físicas causadas por ciclos menstruais, menopausa, gestações, acesso a direitos reprodutivos, endometriose e outras condições exclusivas do sexo feminino interferem diretamente no cotidiano de mulheres em diferentes momentos da vida. É preciso também se atentar para as diferenças na constituição física entre homens e mulheres, como densidade dos ossos, capacidade pulmonar, cardíaca, metabólica e ciclos hormonais, permitindo que se estude as consequências de tais marcadores no funcionamento fisiológico feminino e masculino. Reconhecer as questões biológicas como uma variável permite que se identifique as interferências que geram no ambiente social, e essas relações possam ser estudadas de maneira correta.

No entanto, as diferenças biológicas por si só não são capazes de justificar as diferenças que podem ser observadas tanto nos padrões de comportamento observados nos dois grupos, tipicamente associados à masculinidade ou feminilidade a nível individual, quanto em relação à hierarquia de gênero e diferença de poder entre homens e mulheres enquanto classe. Já existem recursos para que se desenvolvessem medidas para superar ou ao menos aplacar dificuldades provenientes da realidade biológica, mas ainda são poucas as iniciativas sociais que buscam a garantia de direitos para as mulheres, e a articulação entre estas ainda está se fortalecendo. Apesar de alguns direitos já terem sido conquistados, não existe uma organização cultural voltada ao enfrentamento da desigualdade de gênero. Pelo

contrário, a cultura constrói diversos estereótipos a partir da condição biológica do sexo feminino que aprofundam as diferenças de maneira a criar contingências assimétricas para pessoas do sexo masculino e feminino. Impõe-se uma série de regras e padrões de comportamento que determinam as possibilidades de acordo com o sexo, e, mais especificamente, uma série de limites para cada mulher, paralelamente a um processo de apagamento histórico de contribuições e feitos importantes de pessoas do sexo feminino para a sociedade.

Assim, fica explícita a necessidade de estudar as diferenças culturais que foram construídas e ainda se mantém utilizando justificativas mentalistas que relacionam a inferioridade social a uma incapacidade inata de pessoas do sexo feminino, que supostamente seria mais fraco ou menos potente. O reconhecimento tanto das diferenças biológicas quanto culturais enquanto variáveis que determinam a realidade possibilita que se compreenda os antecedentes e consequências de contingências de opressão que de outra maneira seriam naturalizadas, para que se analise como as mesmas interferem no cotidiano das mulheres individualmente assim como para o lugar da mulher enquanto grupo social.

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher 'feminina' é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 24)

Entende-se então que gênero não seja algo que nasce previamente determinado, mas sim um conjunto de descrições dos comportamentos esperados de cada um dos sexos, ensinados e mantidos por meio do reforçamento diferencial (Ruiz, 2003). Dessa forma, criam-se duas categorias opostas e mutuamente excludentes, com regras específicas para cada gênero que devem ser seguidas e punições para os membros da sociedade que tentem se associar com algo tipicamente relacionado ao gênero oposto.

A partir desta análise, podemos fazer uma distinção entre sexo e gênero que nos ajude a compreender como o papel social da mulher é determinado, sendo o sexo biológico um estímulo discriminativo para a sociedade, que define como aquela pessoa será condicionada desde o seu nascimento, e o gênero, o resultado do processo de condicionamento em si, uma construção estabelecida por práticas culturais, que determina as possibilidades para homens e mulheres.

1.2. Possíveis Contribuições da Análise do Comportamento para o Movimento Feminista

Podemos discutir, então, sobre como princípios do behaviorismo radical poderiam ser utilizados para estudar e compreender as vivências femininas na sociedade, levando em conta sua epistemologia que, assim como o movimento feminista, se posiciona criticamente contra noções internalistas e defende um modelo de compreensão do ser humano a partir de um viés multifatorial, baseado em 3 níveis de seleção do comportamento; filogenética, ontogenética e cultural (Skinner, 1953), sendo o primeiro, biológico, o segundo, psicológico, e o terceiro, antropológico (Skinner, 1981). Skinner, em concordância com Simone de Beauvoir, admite que, por mais que um indivíduo seja inicialmente definido por sua biologia e pela seleção filogenética, seu repertório é produto de um processo que também ocorre nos níveis ontogenéticos e culturais.

Sendo assim, apenas a realidade biológica não é suficiente para explicar o funcionamento psicológico individual e o funcionamento da sociedade. Com base neste modelo, podemos tentar analisar como a opressão do sexo feminino surge e se perpetua, permitindo que as mulheres se tornem capazes de descrever e possivelmente modificar as contingências nas quais estão inseridas, entendendo que a manutenção de boa parte dos comportamentos individuais é, na verdade, de natureza social, organizada e mantida pela comunidade. Dessa forma, entende-se o importante papel exercido pela seleção cultural na manutenção de práticas e comportamentos que perpetuam o confinamento feminino a um lugar de submissão, considerando que as pessoas são sensíveis às expectativas culturais que se apresentam como parte do ambiente desde o nascimento.

Contando com tais informações, é possível afirmar que a aplicação de conceitos analítico-comportamentais em observações feministas pode ser uma importante aliada na luta para desvendar noções potencialmente limitantes para as mulheres, como “essência feminina”, “instinto materno”, e proporcionar uma compreensão real sobre quais são as exigências e expectativas relacionadas ao gênero masculino e feminino, e como estas se apresentam de maneira diferente nas contingências sociais.

Em seu artigo, Silva e Laurenti (2016) comentam que essência é entendida como algo “imutável, sendo, portanto, capaz de fundamentar o conhecimento verdadeiro” (p. 05). Assim, se dissermos que existe uma essência feminina, fica implícito que as mulheres agem de determinada maneira porque esta é sua natureza; tarefas como o cuidado e a maternidade seriam seu desejo congênito, e não uma expectativa cultural que é imposta e ensinada por uma sociedade que pune duramente qualquer pessoa que não siga este molde, estigmatizando mulheres que desejam coisas diferentes.

A ideia de “essência feminina” implica que existe uma estrutura instintiva que faz com que as mulheres queiram servir à sociedade e possuam uma aptidão inata para tais funções, e que, conseqüentemente, haveria algo de errado com as mulheres que se recusam a agir dentro destes padrões ou se interessam por caminhos alternativos. Assim, a crença de que exista uma natureza feminina dá origem a um pensamento cíclico que naturaliza a opressão ao pressupor que as mulheres se comportam da maneira que se comportam porque são mulheres, e, se são mulheres, é assim que devem se comportar.

Essa dinâmica permite que as estruturas patriarcais continuem exercendo seu controle e se aproveitando deste conceito para justificar a desigualdade que é outorgada pela própria noção de que essência seja algo concreto. Dessa forma, acreditamos que as mulheres seriam naturalmente reforçadas por estarem se comportando de acordo com sua natureza, e pouco se discute que o não cumprimento destas determinações acarretaria em conseqüências aversivas como a reprovação social ou o aumento de custo de resposta para obter reforçadores importantes.

Tal determinação caracteriza especificidades nas contingências que se apresentarão às mulheres ao longo de toda a sua vida, ensinando-as que a realização pessoal é alcançada com a constituição de uma família, por ser esta a sua pré-disposição biológica. Além disso, também são ensinadas como devem agir para cumprir as expectativas sociais do que é uma boa mulher, uma boa esposa, uma boa mãe e, assim, seja considerada bem sucedida.

A imposição desse objetivo de vida e adjacente modo de se portar torna-se limitante quando impede ou dificulta às mulheres quaisquer outras opções que não sejam esta, e acarreta em sofrimento tanto para as mulheres que não são complacentes, que constantemente escutam que deveriam casar e ter uma família,

quanto as que são, que ouvem que deveriam estar cuidando de sua casa e sua família. Mesmo após alcançar tais marcadores, a mulher não se encontra livre para perseguir seus próprios objetivos, e a comunidade passa a esperar que ela continue devota aos cuidados para manter a instituição familiar em ordem.

A partir disso, é possível entender que a crença em uma essência feminina dificulta a luta por mudança social, por naturalizar imposições culturais que impedem que as mulheres sejam verdadeiramente livres. A Análise do Comportamento, então, poderia ter um importante papel em fornecer argumentos que ajudem a desmistificar crenças que contribuem com a perpetuação da opressão do sexo feminino.

Se constatamos que não existe uma essência feminina, surge a possibilidade de entender a necessidade de uma análise das relações sociais que permita identificar e modificar os aspectos que geram sofrimento para as mulheres, indicando que seria viável um fazer cultural diferente do atual, que incentive o pleno desenvolvimento da mulher ao invés de limitá-lo.

Há diferentes expressões do antiessencialismo no comportamentalismo radical. A primeira delas remonta à própria definição skinneriana de comportamento. Skinner (1953) destacou que o comportamento não é uma coisa, mas um processo '*mutável, fluido e evanescente*' (p. 15). A natureza processual e temporal do comportamento vai na contramão da noção de imutabilidade, típica das essências platônicas. Outro conceito que também dá suporte a essa leitura é o de contingências (Skinner, 1969). A noção filosófica de contingência é antitética à de necessidade – termo usualmente adotado pelo pensamento essencialista (Lopes & Laurenti, 2014). Nesse viés filosófico, afirmar que a ocorrência de algo é contingente implica assumir a possibilidade de que ele poderia acontecer de outro modo. Por outro lado, dizer que a ocorrência de um evento é necessária seria admitir que ele não poderia ter acontecido de outra maneira. (Silva & Laurenti, 2016, p. 05)

É possível afirmar, então, que a própria explicação do que é uma contingência já é suficiente para desbancar justificativas naturalizantes, e colocam como contraponto que, na verdade, um comportamento ocorre por ter sido reforçado por seu ambiente, o que aumenta suas probabilidades de ocorrer novamente e estabelece padrões de repertório comportamental que não representam necessariamente os desejos das mulheres, mas sim o que foram ensinadas pela comunidade a fazer.

Nesse modelo, Skinner (1981) não recorre ao pensamento essencialista para explicar as diferenças entre espécies (uma essência vital), indivíduos (uma essência ou princípio mental), ou culturas (uma mente grupal ou *Zeitgeist*). A explicação dessas diferenças reside nas diferentes contingências filogenéticas, ontogenéticas e culturais, respectivamente. Uma vez que contingências são relações condicionais probabilísticas que ocorrem

no tempo, cada contingência constituiria uma história de variação e seleção: a história da espécie, a história do indivíduo e a história da cultura.” (Silva & Laurenti, 2016, p. 06)

A partir dessa explicação, pode-se entender que os comportamentos tanto da masculinidade quanto feminilidade são determinados por atravessamentos da biologia, como esta é percebida pela cultura e como a cultura é capaz de ditar as relações individuais para moldar os sujeitos a se comportar de uma determinada forma, ou seja, são um produto dos três níveis de seleção comportamental que atuam conjuntamente e interferindo um no outro. Isso posto, é possível afirmar que o histórico comportamental individual de mulheres é em grande parte determinado por contingências culturais que estabelecem o que é correto e impõem parâmetros específicos que precisam ser seguidos para aumentar a probabilidade de produzir reforçadores positivos e eliminar estímulos aversivos do ambiente.

No nível cultural opera-se a seleção de práticas culturais. A consequência seletiva é a sobrevivência da cultura por meio da manutenção de práticas em um grupo social. Essas práticas são mantidas, pois, na história de um grupo, contribuíram para a resolução de seus problemas. (Silva & Laurenti, 2016, p. 07)

Ao focar no nível de seleção cultural, discute-se especificamente os comportamentos selecionados e mantidos pelo grupo do qual o sujeito faz parte. Considerando este trecho, é possível afirmar que as práticas culturais, assim como comportamentos a nível ontogenético e características da espécie a nível filogenético, seriam selecionadas pois, de alguma forma, favorecem a continuidade do grupo e ajudam na resolução de problemas.

Contando com essa definição, seria plausível afirmar que, portanto, o funcionamento da sociedade vigente depende das mesmas contingências que geram a opressão da mulher: parte da comunidade estaria se beneficiando destas relações, e por isso determina-se que estas são as funções que as mulheres devem cumprir.

No entanto, dadas as inúmeras manifestações do movimento feminista e ainda tentativas individuais de resistência na história antes de uma articulação coletiva, seria incoerente dizer que as mulheres sejam complacentes com o lugar que lhes é prescrito, e obedeçam de bom grado. Se, mesmo em sofrimento, as mulheres ainda o fazem, é necessário descrever, então, quais são os reforçadores sendo negociados, quais são as contingências que estabelecem e mantêm os comportamentos

necessários para obtê-los e quais comportamentos são esses, para desvendar, por fim, os interesses por trás das práticas sociais, e de que formas o coletivo estaria se beneficiando da opressão do sexo feminino.

Os padrões de comportamento definidos como homem e mulher não seriam, portanto, esclarecidos pela filogênese, mas pela ontogênese e pela cultura. (Silva & Laurenti, 2016, p. 09)

Ao observarmos a sociedade em que vivemos, é inquestionável o fato de que existem uma série de comportamentos que poderiam ser tipicamente associados com o feminino, assim como com o masculino, e o que está designado a uma das partes estaria conseqüentemente proibido para a outra.

Com os argumentos apresentados para afirmar que tais comportamentos não são inatos, mas sim o resultado de um intenso e custoso processo de modelagem, podemos discutir se é mesmo produtivo que estas normas se mantenham com a rigidez que apresentam: De acordo com Skinner, a condição de multifatorialidade na determinação do processo de seleção por consequência deveria produzir em cada pessoa um repertório que fosse único, resultado de seu histórico de reforçamento específico, com condições que não se repetem exatamente da mesma maneira para nenhuma outra pessoa.

Com isso, Skinner defende que cada ser humano, por resultado de um processo singular de interação com o ambiente, possuiria interesses e potencialidades particulares, e que, na troca com o outro, seria capaz de promover o acesso a reforçadores tanto para si quanto para a comunidade. Assim, contribuiria com o desenvolvimento e a sobrevivência da espécie, ao mesmo tempo em que conseguiria reforçadores para si.

Na contramão do ideal descrito por este modelo, o que encontramos na realidade é uma cultura que impõe um mesmo destino para metade da população mundial, esperando que todas as mulheres assumam o papel de cuidados com a educação e continuidade da espécie, enquanto aos homens caberia o papel de explorar todas as demais possibilidades. Tal dicotomia restringe a presença de mulheres em espaços como a política, o mercado de trabalho, a ciência, as artes, etc.

Quando as mulheres tentam fazer algo além de seu personagem pré-determinado, o que encontra são várias condições que se sobrepõem e dificultam cada vez mais o acesso aos reforçadores sendo buscados. Logo, o estabelecimento de contingências que buscam instalar o mesmo repertório em todas as mulheres com

base em um modelo ideal, a “essência feminina”, estaria negando a elas a liberdade concedida aos homens de explorar suas reais capacidades com base em interesses genuínos. Não existe possibilidade de acesso a reforçadores de uma real variação e seleção de comportamentos que poderiam gerar alterações no ambiente que fossem um produto novo, ao invés dos já conhecidos resultados das contingências que se apresentam às mulheres atualmente.

Em relação ao seu próprio destino, as mulheres pouco podem determinar: nasceram para cumprir uma determinada função social. Como resultado, seu poder de escolha fica restrito. A mulher não pode, de fato, escolher o que é mais reforçador, ao invés disso, é obrigada a se conformar com o mais reforçador dentro de uma gama de alternativas escolhidas pela comunidade como sendo adequadas.

Assim, apenas comportamentos dentro desse conjunto específico pré-determinado que correspondem com comportamentos tidos como do gênero feminino e da feminilidade são reforçados, e qualquer outro tipo de resposta é colocada em extinção ou acarreta no acréscimo de estímulos aversivos no ambiente. Retomando a descrição skinneriana, que defende que cada ser humano passa por um processo de interação com o ambiente que define seu repertório, uma configuração social que dita um encargo específico para as mulheres prejudica o livre desenvolvimento das mesmas.

Com isso, por mais que possivelmente esteja contribuindo com a sobrevivência da espécie da maneira que está posta, fica clara a necessidade de rever se tais práticas culturais são realmente benéficas. Mesmo que seja possível identificar reforçadores imediatos para que as mulheres ocupem o lugar que se encontram atualmente, quando colocamos as coisas em uma perspectiva maior, é possível perceber que esta organização social impede que as mulheres possam trabalhar em questões verdadeiramente relevantes para si e para a humanidade.

Por mais que seja possível alegar que a presença das mulheres é considerada mais relevante do que já foi um dia, e as opções disponíveis apresentem uma variedade maior, as diferenças nas posições ocupadas por cada um dos sexos ainda são expressivas. Dadas as dificuldades impostas pelo contexto, o que encontramos é uma distribuição desigual dos reforçadores entre homens e mulheres, além de uma quantidade maior de obstáculos para conseguir alcançar seus objetivos, estes,

sempre em segundo plano em relação às demandas sociais de que cumpra seu papel enquanto mulher.

Para avançar a luta pelos direitos das mulheres, então, seria necessária uma observação aprofundada de contingências sociais que acreditamos que sejam reforçadoras, mas na verdade podem ser coercitivas. Além de descrever as relações, precisamos estudar também os valores da cultura que trabalham na sustentação destas e determinam os comportamentos que são esperados de homens e mulheres, para que assim possamos transformá-los.

1.2.1. Noção de Valores para a Análise do Comportamento

Parte da proposta skinneriana é que os valores presentes em uma sociedade sejam também objeto de estudo da Análise do Comportamento, por entender que podem ser avaliadas com aporte de evidências científicas para saber se determinadas práticas culturais são realmente benéficas para a comunidade. “Em seu tratamento de valores, Skinner dispensa as distinções feitas por muitos filósofos entre valores e fatos.” (Ruiz & Roche, 2007).

Assim, da mesma forma que a Análise do Comportamento entende que não existe uma entidade que corresponda à mente, também não existiria separação entre o que entendemos como valores e a realidade concreta.

Para o senso comum, os valores de uma cultura representam o conjunto de preceitos morais que determinam o que é certo ou errado, e são transmitidos pela comunidade. Aplicando as noções skinnerianas sobre seleção cultural, podemos entender, então, que na verdade valores são um conjunto de regras, uma descrição do que é reforçador para a comunidade e do que se espera enquanto produto final de certas contingências. Entende-se, então, que alguns dos valores da nossa sociedade são, na verdade, reforçadores para contingências que funcionam para a manutenção do patriarcado.

A perspectiva da Análise do Comportamento considera que o tratamento de valores pode ser feito a partir da observação da comunidade verbal e como ela influencia os comportamentos a partir do controle por regras. A comunidade verbal desempenha um importante papel na constituição de repertórios comportamentais. Uma vez que a comunidade age em grande parte guiada por seus valores, e esta

possui em sua estrutura valores machistas, estes interferem na construção dos repertórios individuais.

Para Skinner, termos carregados de valores, como 'bom', funcionam como tatos para reforçadores. Dado que reforçadores são sempre funcionalmente definidos, compreende-se que valores também podem ser entendidos funcionalmente ao invés de uma questão metafísica. (Ruiz & Roche, 2007, p. 03)

Propõe-se, então, que valores sejam pensados funcionalmente, assim como qualquer outro comportamento. Visto que a cultura atual está se propagando através de contingências que trazem uma grande carga aversiva para as mulheres, considera-se o dilema ético se devemos continuar seguindo tais práticas culturais apenas pelo seu valor de sobrevivência para a comunidade atual.

O que é bom para a espécie é qualquer coisa que promova a sobrevivência de seus membros até que sua prole tenha nascido e, possivelmente, sido criada. Boas características são descritas como tendo valor de sobrevivência. (Skinner, 1981/2007, p. 02)

Assim, é possível desvendar os fatores por trás da manutenção das situações que impõem limitações às mulheres, e entender como contingências de nível ontogenético trabalham para a manutenção de contingências culturais. A partir da identificação das relações, podemos nos posicionar para transformá-las, modificando assim as contingências que trabalham na produção de desigualdade.

1.3. Possíveis contribuições do Feminismo para a Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento também se beneficiaria da aplicação de conceitos feministas em sua prática, por carrega em seus fundamentos o comprometimento com a transformação social (Ruiz, 2007), o que permite uma compreensão do fazer científico como forma de engajamento e prática política. A ciência pode ajudar na tomada de decisões éticas quando feita com base em evidências que possam justificar e comprovar os fatos, a partir da observação das interações entre sujeito e seu ambiente para que seja possível compreender verdadeiramente as relações.

Entendendo que a lógica apresentada pela teoria pode ser utilizada para discutir a sociedade em que vivemos, como os indivíduos se relacionam com o ambiente e como este é passível de mudança, a adição de um viés feminista às práticas analítico-comportamentais se torna uma das formas possíveis de atuação voltada para alcançar soluções para as questões coletivas que enfrentamos,

reafirmando que a produção de conhecimento deve ser contextualizada e dialogar com o panorama social (Ruiz, 1998).

Um aspecto definidor da ciência feminista é sua compreensão da atividade científica enquanto atividade política, e sua disposição em permitir explicitamente que valores políticos ajudem a conduzir escolhas frente a situações de conflito. Discutimos o trabalho das biólogas Longino e Doell (1983) para ilustrar como valores éticos podem ser usados como guia para ação em decisões científicas quando são explicitados, e o conhecimento científico é concebido como participante de um contexto social. (Ruiz & Roche, 2007, p. 02)

Desta forma, torna-se possível não só permitir que valores políticos conduzam a tomada de decisões científicas, mas também pensá-los enquanto uma variável que interfere em importantes aspectos dos resultados e que tem sido ignorada até então. Considerando que não é possível descolar a prática analítica-comportamental do contexto cultural que está inserida, e que estão presentes na cultura valores que contribuem com a subjugação da mulher, é preciso que haja um esforço para identificar como os mesmos interferem tanto na análise experimental quanto aplicada do comportamento, garantindo assim uma prática ética, comprometida em não reproduzir e alterar as condições que geram sofrimento psicológico para mulheres.

Os valores de uma cultura estão intrinsecamente ligados com a construção da comunidade verbal. Assim, constituem um fator determinante na formação de repertórios sociais e de autoconceito. Seria impossível imaginar um cenário no qual estes não seriam parte do ambiente, mesmo ambientes considerados “neutros”, como o da pesquisa científica, já que fazem parte do nosso processo de modelagem a todo instante, influenciando na construção de repertório por meio de controle por regras, reforçamento social e diversas outras formas.

Em seu texto, Ruiz (1998) esclarece que o comportamento deve ser explicado a partir de uma visão contextualista, ou seja, levando em consideração que está inserido em um lugar e tempo determinados. A ciência faz parte do mundo que estuda, e não pode ter a pretensão de acreditar que se encontra em um lugar à parte, no qual pode observar as relações sem que seja afetada pelas mesmas. Isso posto, é necessário observar como dinâmicas sociais podem impactar o exercício da análise do comportamento para identificar a interferência de concepções sexistas em nossas práticas e, assim, melhorá-las para que se tornem mais justas.

Sabendo que o indivíduo modifica o ambiente tanto quanto é modificado, seria possível então fazer um paralelo com a ciência e a cultura. Da mesma forma que a cultura interfere no exercício científico, a ciência também é capaz de transformar a cultura na qual está inserida. Pode-se afirmar então que pesquisa é uma ferramenta valiosa quando se fala em alcançar transformação social, por ser capaz de observar e alterar contingências que sejam coercitivas.

Além de permitir a valorização das contribuições acadêmicas de mulheres, a adoção de um viés feminista abre a possibilidade de rever práticas de produção de conhecimento (Couto; Dittrich, 2017). Quando levamos em conta essa perspectiva, nos tornamos conscientes em relação às formas que o gênero pode interferir nas variáveis, fazendo com que o mesmo estímulo no mesmo contexto seja um estímulo discriminativo para diferentes respostas a depender do sexo (Ruiz, 1998). Essa percepção nos permite não só encontrar resultados mais precisos em experimentos científicos como também proporciona um entendimento mais profundo sobre o efeito de determinadas práticas culturais na vida cotidiana, e como estas podem ser discriminatórias.

1.4. Interloquções

Colocados estes pontos, podemos então iniciar um diálogo que abarque os impactos da categorização de padrões de comportamentos associados ao que é tipicamente feminino na propagação dos controles sociais que afetam mulheres de maneira uniforme e seletiva. Tal dinâmica torna-se coercitiva a partir do momento que impõe uma série de comportamentos relacionados à feminilidade que se deve seguir e excluindo diversos outros, relacionados à masculinidade, os quais não se tem a opção de exercer, caso contrário, seria punida pelo ambiente social. Ao reconhecer que a desigualdade de gênero é um fenômeno estrutural que reflete em eventos do cotidiano, possibilita-se um maior entendimento das dinâmicas de poder, de suas consequências e da necessidade de modificar tais práticas.

Traçando pontos de convergência entre a perspectiva feminista e o behaviorismo radical, é possível concluir que a aproximação entre as duas filosofias seja benéfica para ambas e pode gerar resultados positivos na produção de mudança social. Esta aproximação possibilita novos patamares de compreensão de questões

relacionadas ao sofrimento psíquico das mulheres causado pela desigualdade de gênero e à sobrecarga atrelada à naturalização de papéis femininos. Olhar para a situação da mulher na sociedade a partir de compreensões behavioristas nos permite entender as funções de determinados comportamentos e como estes são influenciados pelas normas culturais, valorizando a experiência pessoal de mulheres, permitindo que elas percebam como o ambiente determina a forma de agir (Ruiz, 1995). Assim, a descrição de contingências desiguais nas quais as mulheres estão inseridas pode ser uma importante etapa para a conscientização e, futuramente, para gerar mudanças tanto a nível individual (seleção ontogenética) quanto grupal (seleção cultural), expondo práticas culturais sexistas e servindo como um passo inicial na direção do contracontrole.

Este trabalho pretende descrever o processo de formação e socialização da mulher apresentado por Simone de Beauvoir na obra “O Segundo Sexo” a partir de conceitos da Análise do Comportamento, identificando os processos de reforçamento diferencial que delimitam e caracterizam quais conjuntos de comportamento são associados ou permitidos a cada gênero.

É, pois, necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, eis o que procurarei descrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um novo futuro. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 07)

2 MÉTODO

A pesquisa teórica será feita a partir de uma releitura do capítulo sobre infância da obra “O Segundo Sexo”, escrita por Simone de Beauvoir em 1949. Com base nas descrições da autora, será feita uma reinterpretação dos cenários a partir de conceitos do behaviorismo radical, segundo produções de B. F. Skinner, Murray Sidman e outros autores e autoras.

Para isto, serão selecionados trechos que descrevam contingências relevantes para a instauração e manutenção de comportamentos relacionados à feminilidade e que apresentem alguma forma de consequência aversiva para as mulheres em decorrência de expectativas relacionadas a papéis de gênero. Paralelamente, serão nomeados conceitos da análise do comportamento que expliquem os fenômenos sendo descritos, discorrendo sobre os impactos da inserção em contingências coercitivas na formação do repertório de meninas.

O capítulo sobre infância foi selecionado por ser o momento em que o indivíduo é inserido na comunidade verbal e que grande parte dos repertórios que serão necessários no futuro começam a ser instaurados. Os trechos selecionados revelam a interferência da cultura e da comunidade e explicitam diferenças que ocorrem no processo de criação de meninos e meninas.

Foram excluídos trechos que mencionassem possíveis exceções aos fenômenos sendo descritos para fim de análise. Em seguida, os trechos foram reorganizados em categorias com base nos assuntos sendo discutidos em cada um deles e conceitos da análise do comportamento com os quais seria plausível relacioná-los.

3 RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados desta pesquisa, iniciaremos explicando como o processo de condicionamento se diferencia para meninas e meninos, e as consequências no repertório.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da sociedade que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 11)

Entende-se, então, que o que determina comportamentos que chamamos de masculinos e femininos são contingências diferenciais de reforçamento. Assim, o ser humano se constitui a partir da relação com a comunidade, que trata meninas e meninos de maneira diferenciada. As diferenças observadas nos padrões de comportamento dos dois gêneros são, portanto, aprendidas. Esta aprendizagem se dá na relação com o ambiente social, inicialmente, de maneira predominante, a partir de contatos com a família, e, posteriormente, com o restante da comunidade. Desde que a pessoa nasce, seu comportamento já passa a ser condicionada a se comportar da maneira que o grupo espera, e, dado que a sociedade determina diferentes papéis para homens e mulheres, é consequente que o processo de condicionamento também o seja. Desta forma, comportamentos relacionados à feminilidade serão reforçados, enquanto os relacionados à masculinidade serão colocados em extinção ou punidos para as mulheres, e o contrário para os homens.

No capítulo selecionado, a autora ressalta os contrastes na criação de meninos e meninas, detalhando as expectativas sociais que se apresentam diante das crianças.

Até os 12 anos a menina é tão robusta quanto os irmãos e manifesta as mesmas capacidades intelectuais; não há terreno em que lhe seja proibido rivalizar com eles. Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 11-12)

Reafirma-se que não existe um instinto que conduza as mulheres à submissão, mas sim que ocorre um longo processo de modelagem de tais repertórios, que se inicia já na infância e determina um destino específico que deverá ser cumprido.

Um operante não é algo que surja totalmente desenvolvido no comportamento do organismo. É o resultado de um contínuo processo de modelagem. (Skinner, 1953, p. 101)

Assim, aproximações sucessivas aos comportamentos esperados para meninos e meninas vão sendo reforçadas até que sejam desenvolvidos repertórios distintos e condizentes com as categorias de masculino e feminino. A partir disso, a autora descreve como tais diferenças vão sendo estabelecidas.

A seguir, serão analisadas, em três categorias, algumas das contingências de reforçamento que contribuem para a modelagem e geração de comportamentos específicos para meninos e meninas, que fortalecem as crenças de que gênero seja algo inato, determinado pelo sexo

3.1. Primeira diferenciação: Processo de inserção na comunidade verbal

No momento em que as crianças são inseridas na comunidade verbal, os demais membros passam a esperar também que a criança seja capaz de novas habilidades e, portanto, torne-se mais independente. Na perspectiva da criança, na medida em que cresce, comportamentos mais complexos vão sendo exigidos e seu repertório anterior, colocado em extinção. Na medida que os reforçadores naturais do início da vida são consistentemente apresentados em conjunto com atenção dos pais e outros estímulos relacionados ao contato familiar, estes assumem um valor reforçador condicionado. Tal disposição de reforçadores cria um pareamento entre reforçadores filogenéticos com ontogenéticos e, depois, com reforçadores culturais.

Tenta fazer-se justificar pela aprovação de outrem. Os adultos se lhe afiguram deuses: têm o poder de lhe conferir o ser. Sente a magia do olhar que a metamorfoseia hora em delicioso anjinho, hora em monstro. Esses dois modos de defesa não se excluem: ao contrário, se completam e se penetram. (Beauvoir, 1949/2016b, p.13)

Os adultos da família são responsáveis pelos cuidados da criança e, assim, pelo manuseio da maioria de seus reforçadores. Mesmo alguns reforçadores filogenéticos, como os responsáveis pela saciação de várias privações, dependem, em grande medida, do intermédio de outro membro da comunidade. Visto que é o

adulto que fornece o reforçador à criança, esta pode se comportar de maneira a agradar as pessoas responsáveis por seu cuidado, visto que os adultos podem propiciar reforçadores e a própria atenção torna-se um reforçador condicionado. É a partir da reação de seus cuidadores, então, que as ações da criança são conseqüenciadas e ela aprende o que é “certo” ou “errado”, ou no caso, o que produz reforçamento positivo e o que produz extinção ou punição.

Quando a sedução alcança êxito, o sentimento de justificação encontra uma confirmação carnal nos beijos e nas carícias recebidos: é uma mesma passividade feliz que a criança conhece no colo da mãe e sob seu olhar benevolente. Não há, durante os três ou quatro primeiros anos, diferença entre a atitude das meninas e a dos meninos; tentam todos perpetuar o estado feliz que precedeu o desmame; neles como nelas encontramos condutas de sedução e de exibição: eles desejam tanto quanto elas agradas, provocar sorrisos, ser admirados. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 13)

Percebe-se que, por terem um repertório limitado devido à pouca idade e poucas experiências, a atenção dos cuidadores torna-se um dos principais reforçadores disponíveis no ambiente da criança. A diferenciação no processo de reforçamento entre meninos e meninas torna-se mais expressiva na época em que o controle verbal começa a vigorar. Antes mesmo de adquirirem repertório verbal, as crianças já são sensíveis ao reforçamento cultural. A partir desse momento, a aprovação da comunidade torna-se um reforçador.

No momento em que surge a linguagem e o repertório da criança começa a se expandir, diversos comportamentos que geravam para a criança seus principais reforçadores anteriormente são colocados em extinção, na medida em que outros mais complexos vão sendo exigidos. Assim, comportamentos como chorar, gritar, fazer birras são preteridos em relação a dizer o que está sentindo ou a emitir respostas com a mesma função, especialmente verbais, e são exigidas respostas com maior custo para as crianças.

Já é de conhecimento da comunidade de analistas do comportamento que a extinção pode apresentar efeitos aversivos para o sujeito (Sidman, 1989), principalmente em contextos nos quais o sujeito ainda não possui repertório alternativo para gerar outros reforçadores.

Sob certas circunstâncias, a curva [de extinção] pode ser perturbada por um efeito emocional. O não-reforço de uma resposta leva não somente a uma extinção operante, mas também a uma reação comumente denominada

frustração ou cólera. Um pombo que não recebeu os reforços costumeiros dá voltas defronte ao disco, arrulhando, batendo as asas e apresentando outros comportamentos emocionais. [...] À medida que outras respostas não forem sendo reforçadas, outros episódios emocionais poderão ocorrer. As curvas de extinção sob tais circunstâncias mostram uma oscilação cíclica, na qual a resposta emocional surge, desaparece, e torna a voltar. (Skinner, 1953, p. 76-77)

É neste momento que a autora cita a primeira diferenciação que ocorre no processo de condicionamento de meninos e meninas.

Nesse ponto é que as meninas vão parecer, a princípio, privilegiadas. Um segundo desmame, menos brutal, mais lento do que o primeiro, subtrai o corpo da mãe aos carinhos da criança; mas é principalmente aos meninos que se recusam pouco a pouco beijos e carícias; quanto à menina, continuam a acariciá-la, permitem-lhe que viva grudada às saias da mãe, no colo do pai que lhe faz festas; vestem-na com roupas macias como beijos, são indulgentes com suas lágrimas e seus caprichos, penteiam-na com cuidado, divertem-se com seus trejeitos e com seus coquetismos; contatos carniais e olhares complacentes protegem-na contra a angústia da solidão. Ao menino, ao contrário, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. 'Um homem não pede beijos... Um homem não se olha no espelho... Um homem não chora', dizem-lhe. Querem que ele seja um 'homenzinho'; é libertando-se dos adultos que ele conquistará sua aprovação. Agradará se não demonstrar que procura agradar. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 14)

Nota-se que a relação com os familiares para os meninos torna-se mais aversiva, visto que, além dos repertórios sendo colocados em extinção, a expressão da frustração decorrente de tal processo também é punida. Entende-se então que os homens também são prejudicados pelas estruturas patriarcais. Por mais que sejam beneficiados pelas estruturas de poder, ainda assim, existe dano psicológico decorrente da exposição a esses aversivos.

A auto-estima é o produto de contingências de reforçamento positivo de origem social. Assim, sempre que uma criança se comporta de uma maneira específica, e os pais a conseqüenciam com alguma forma de atenção, carinho, afago físico, sorriso (cada uma dessas manifestações por parte dos pais pode ser chamada de reforço social generalizado positivo ou conseqüência positiva), estão usando contingências de reforçamento positivo, estão gratificando o filho. Por outro lado, toda vez que uma criança se comporta e os pais a repreendem, a criticam, se afastam dela, não a tocam, nem conversam com ela (cada uma dessas manifestações por parte dos pais pode ser chamada de estímulo aversivo ou conseqüência negativa), estão usando contingências coercitivas ou punindo o filho. A primeira condição aumenta a auto-estima, a segunda a diminui. (Guilhardi, 2002, p. 07)

Este processo seria mais fácil para as meninas, pois como a última citação de Beauvoir demonstra, estas têm permissão para demonstrar seus sentimentos e estes serem acolhidos, enquanto os meninos não recebem o mesmo amparo. Inicialmente,

isso pode parecer vantajoso para as meninas, visto que a maior carga de aversivos imediatos fica para o sexo masculino. No entanto, não existe vantagem a longo prazo no conforto que é oferecido às meninas – estas só o possuem por ser algo associado ao universo feminino. O repertório de cuidar é algo que se espera de mulheres no futuro. É preciso, então, que estas sejam treinadas desde novas à empatia. É possível supor que o acolhimento de suas frustrações na infância sirva como incentivo à empatia, o que também serviria como uma forma de modelação, parte do seu treinamento para acolher aos outros no futuro. Outro fator importante para que seja permitido às meninas que demonstrem seus sentimentos, não pelo reconhecimento da importância dos mesmos, mas por ser a fragilidade uma condição associada às mulheres.

Paralelamente, é ensinado aos meninos que a emoção é uma demonstração de fraqueza e, assim, seriam punidos por expressá-las. Como consequência, o menino pode aprender que qualquer expressão de vulnerabilidade ou fragilidade seria algo reprovável. O emparelhamento entre a expressão de emoções e a punição por parte da comunidade pode determinar que a própria expressão emocional se torne aversiva, o que pode estar relacionado aos altos índices de violência masculina, visto que comportamentos de agressão são reforçados ao invés de comportamentos de conversar sobre o que se sente. Desta forma, comportamentos associados à violência e frieza passam a ser reforçados, por serem compatíveis com noções de virilidade que a masculinidade deve prezar.

Entretanto, se o menino se apresenta, a princípio, como menos favorecido do que as irmãs, é que lhes reservam maiores desígnios. As exigências a que o submetem implicam imediatamente uma valorização. (Beauvoir, 1949/2016b, p.15)

No entanto, a recusa ao acolhimento ocorre acompanhada da justificativa de que precisam aprender a ser fortes, e de que isto é um preparo para responsabilidades maiores das quais terão que se encarregar no futuro. Em contraste, para as mulheres, se antes parecia uma vantagem o direito ao acolhimento e à fragilidade, logo, é a isso que estão confinadas. Aos meninos se apresentarão mais oportunidades de manipular suas contingências, enquanto as meninas são ensinadas a se submeter cada vez mais.

3.2 Segunda diferenciação: Interações com o corpo e Transferência de Função

Outra importante diferença nas contingências de reforçamento apresentadas diz respeito às relações que cada sexo desenvolve com o corpo.

3.2.1 Para o menino

Persuadem a criança de que é por causa da superioridade dos meninos que exigem mais deles; para encorajá-los no caminho difícil que é o seu, insuflam-lhe o orgulho da virilidade; essa noção abstrata se reveste para ele de um aspecto concreto: encarna-se no pênis; não é espontaneamente que sente orgulho de seu pequeno sexo indolente; sente-o através da atitude dos que o cercam. (...) lhe falam dele como de uma pequena pessoa que é a um tempo ele próprio e um outro(...). Valorizam, portanto, a criança valorizando-lhe o duplo. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 15)

A mesma noção de superioridade utilizada para justificar a recusa ao acolhimento aos homens é atribuída, então, ao corpo masculino e suas especificidades, associando as diferenças nos costumes sociais às diferenças corporais.

O fenômeno chamado de *transferência de função* é "compatível com a ideia de que, em muitos contextos, nós reagimos aos símbolos como se estivéssemos diante dos eventos referidos por eles. Assim, um estímulo que tem (ou adquire) determinadas funções pode ser comparado a um <referente> e os estímulos equivalentes a ele podem ser comparados a <símbolos> capazes de substituí-lo em algumas ocasiões. (de Rose e Bortoloti, 2007, p. 87).

Segundo de Rose et al. (1988), após a formação de uma classe de estímulos equivalentes, as funções de estímulo estabelecidas para um dos estímulos da classe podem passar a ser apresentadas também pelos demais estímulos pertencentes à mesma classe. Assim, pelo emparelhamento consistente entre o pênis e noções de virilidade e superioridade, a própria interação com o órgão pode assumir um valor reforçador social.

Assim, longe de o pênis ser descoberto como um privilégio imediato de que o menino tiraria um sentimento de superioridade, sua valorização surge, ao contrário, como uma compensação - inventada pelos adultos e ardorosamente aceita pela criança. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 16)

Mais uma vez, fica explícito que não existe superioridade natural no corpo masculino, mas que este sentimento é decorrente de uma valorização da cultura à diferenciação biológica entre homens e mulheres, não só pelas diferenças em si, mas pelo que representam. O pênis então torna-se um símbolo de poder e a criança assim

o percebe pois é assim que a comunidade o trata, raciocínio este que também fomenta a lógica mentalista da superioridade masculina.

Outra diferença apresentada pela autora que pode contribuir para fortalecer a noção de que a biologia do sexo masculino seria, de alguma forma, mais potente, são as relações que a criança estabelece com o ambiente através de seu corpo.

O pênis se deixa manipular e através dele pode-se agir, o que constitui um dos interesses profundos da criança. (...) Em todo caso, há nisso, para o menino, um divertimento cotidiano que não está ao alcance de suas irmãs. Ele permite, (...) principalmente no campo, estabelecer múltiplas relações com as coisas: água, terra, espuma, neve etc. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 17-18)

Assim, o pênis torna-se não só um símbolo de poder, mas também uma ferramenta através da qual o menino pode produzir alterações no ambiente. A própria produção de alterações no ambiente pode ser naturalmente reforçadora, por conta de suas vantagens filogenéticas. Segundo Skinner (1953):

Contudo, pode-se argumentar, plausivelmente, que uma capacidade de ser reforçado por qualquer “retroação” do ambiente será biologicamente vantajosa, pois preparará o organismo para manipular o meio com sucesso antes que um determinado estado de privação se desenvolva. (Skinner, 1953, p. 92)

3.2.2 Para a menina

O destino da menina é muito diferente. Nem mães nem amas têm reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção para esse órgão (...). Não sente essa ausência como uma falha (...); mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a diferença em inferioridade. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 16)

De forma oposta ao que ocorre com os meninos, as partes íntimas femininas passam a ser emparelhadas com estímulos aversivos (tal como é sugerido no trecho “um conjunto de fatores pode transformar a diferença em inferioridade”), dado que as meninas são frequentemente instruídas a lidar com elas com receio e pudor. Assim, as interações com suas genitais podem assumir uma função aversiva condicionada, gerando respondentes emocionais como vergonha e culpa. Isso pode ser atestado na seguinte passagem do livro de Beauvoir.

Há países em que os homens urinam sentados e acontece que as mulheres urinem em pé: isso é feito habitualmente por muitas camponesas; mas, na sociedade ocidental contemporânea, querem geralmente os costumes que elas se agachem, ficando os homens de pé. Essa diferença é para a menina a diferenciação sexual mais impressionante. Para urinar, ela precisa agachar-se, despir-se e, portanto, esconder-se. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 17)

Pode-se inferir, portanto, que a percepção acerca da diferença biológica por si só não é o que gera na menina o sentimento de inferioridade, mas sim as diferenças no tratamento da comunidade entre meninos e meninas no que se refere aos seus genitais. O fator mais importante não é o pênis em si, mas as contingências em que o genital serve de estímulo de forma diferente para meninos e meninas.

Parece às meninas que o menino, tendo direito de bulir no pênis, pode servir-se dele como de um brinquedo, ao passo que os órgãos femininos são tabus. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 18)

A partir do costume de esconder-se para algo que os homens podem fazer livremente, a menina aprende que seu corpo é algo que deve ser resguardado, que não pode ser visto, caso contrário, poderia urinar mais livremente, da mesma maneira que homens o fazem. Assim, da mesma forma que o órgão genital masculino se torna equivalente a ideias de virilidade e superioridade, os órgãos femininos se tornam equivalentes a ideias de passividade e inferioridade.

A menina projetará sua insatisfação no órgão masculino se se sentir, por exemplo, incapaz de realizar seus desejos de masturbação ou exibição, se seus pais reprimirem seu onanismo, se ela tiver a impressão de ser menos querida, menos estimada do que seus irmãos. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 22)

O sentimento de que as mulheres seriam de alguma forma inferiores, portanto, não é conseqüente da diferença biológica apenas, mas das contingências coercitivas às quais são expostas em sua relação com o corpo, em contraste com a liberdade e valorização que observa nos meninos. Esta disparidade pode gerar conseqüências na autoconfiança das crianças. Segundo Guilhardi (2002):

A dimensão fundamental para desenvolver autoconfiança é que a criança tenha a possibilidade de emitir um comportamento e, então, produzir conseqüências no seu ambiente que fortaleçam tais comportamentos. (Guilhardi, 2002, p.13)

3.2.3 Puberdade

O que ocorre nesse período perturbado é que o corpo infantil se torna corpo de mulher, faz-se carne. (...) A crise da puberdade inicia-se por volta dos 12 ou 13 anos. Tal crise principia muito antes na menina do que no menino e provoca mudanças muito mais importantes. A menina a enfrenta com inquietação, com desprazer. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 53-54)

Posteriormente, na puberdade, a menina enfrenta transformações corporais que acrescentam ainda mais contingências coercitivas ao seu ambiente, pois passa a estar sujeita a diversos tipos de violação.

Por baixo do suéter, da blusa, os seios se exibem e esse corpo, que a menina confundia com seu eu, aparece como carne; é um objeto que os outros olham e veem. (...) A menina sente que o corpo lhe escapa, não é mais a expressão clara de sua individualidade; torna-se estranho para ela; e, no mesmo momento, ela é encarada por outrem como uma coisa: na rua, acompanham-na com o olhar, comentam sobre sua anatomia. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 54-55)

As transformações físicas decorrentes da puberdade fazem com que a menina passe a atrair diferentes tipos de atenção indesejada. Seu corpo passa a ser percebido como algo público, que é observado, policiado e até mesmo tocado sem consentimento. Considerando a atenção que seu corpo passa a atrair e as restrições que se tornam progressivamente mais severas, o próprio processo de puberdade e as transformações corporais em si podem se tornar um aversivo condicionado.

Embora o assunto não seja abordado por Beauvoir, é interessante notar que o interesse sexual dos meninos também é significativamente reforçado pela pornografia, que fortalece e sustenta comportamentos sexualmente abusivos e violentos como modelos a serem seguidos. Stanley et al. (2016) buscaram avaliar a relação entre visualização regular de pornografia online, coerção e abuso sexual, com 4.564 jovens de 14 a 17 anos em cinco países europeus. A visualização regular de pornografia foi significativamente associada à perpetração masculina de coerção e abuso sexual. Além disso, os meninos que assistiram regularmente pornografia on-line eram significativamente mais propensos a apresentar atitudes negativas de gênero referentes à igualdade no local de trabalho, como comportamento sexualmente inapropriado, violência e abuso interpessoais.

A exposição a este tipo de conteúdo em idades cada vez mais precoces, antes que os meninos tenham a chance de entrar em contato com mulheres reais, pode caracterizar-se como modelação para o que os jovens acreditem que os comportamentos evidenciados na pornografia são aceitáveis. Se observam membros da comunidade emitindo uma resposta para obter determinado reforçador, isso aumenta a probabilidade de emitirem uma resposta de topografia semelhante.

Um organismo sozinho, em um ambiente não social, não pode adquirir um amplo repertório de comportamento através do condicionamento operante. Outros organismos são importantes. A tendência de imitar presumivelmente evoluiu porque, frequentemente, fazer o que outro organismo estava fazendo trouxe uma contribuição similar à sobrevivência. (Skinner, 1989, p. 51)

Quando as meninas sofrem alguma espécie de abuso sexual e buscam ajuda, o que ocorre frequentemente, segundo a autora, é que, ao invés de acolhimento e proteção, recebem mais uma forma de punição:

Tais incidentes são geralmente silenciados pela menina por causa da vergonha que lhe inspiram. Muitas vezes, ao se abrir com os pais, a reação destes é ralhar com ela: 'Não diga tolices... Está pensando bobagens'. Ela se cala acerca dos gestos estranhos de certos desconhecidos. Além dos colegas salientes (...), há o joelho no cinema que pressiona o da menina, a mão que à noite no trem desliza ao longo da perna, os rapazes que zombam quando ela passa, os homens que a seguem na rua, os abraços, os toques furtivos. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 67)

É possível identificar, então, mais uma contingência coercitiva que se apresenta. Não só a menina é exposta a uma situação de violência, mas, quando tenta relatar o ocorrido e solicitar ajuda, mais aversivos são acrescentados ao seu ambiente, diminuindo a probabilidade de que novas ocorrências sejam denunciadas no futuro e mais uma vez fortalecendo contingências que colocam a mulher em uma posição subjugada e de incontrolabilidade sobre o ambiente.

É dos 13 aos 14 que a menina se transforma em mulher. Mas não é daí que vem a diferença essencial de sua experiência; ela não reside tampouco nas manifestações fisiológicas que, no caso da moça, lhe dão sua horrível aparência: a puberdade assume nos dois sexos uma significação radicalmente diferente porque não é um mesmo futuro que se anuncia a eles. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 62-63)

Novamente, a desigualdade sentida não se dá por conta de "instintos" ou algum tipo de essência, mas sim de algo decorrente das transformações que estão ocorrendo. Por ser um processo que intensifica as diferenças entre o corpo masculino e feminino, torna-se um estímulo discriminativo para a comunidade, que, dada a lógica essencialista vigente, cria um pareamento entre este momento e um sinal de que o sujeito estaria pronto para cumprir os desígnios impostos pelos papéis de gênero para os quais vem sendo treinado.

As mudanças ocorrendo no corpo e as relações coercitivas que são desencadeadas a partir disso reforçam a sensação de incontrolabilidade sobre o ambiente, agravando os efeitos da exposição frequente à estimulação aversiva. Aumentam então as cobranças em relação ao cumprimento das normas do que está reservado para cada um dos sexos. Como o destino reservado para a mulher mostrasse restrito, este processo pode ser ansiogênico para a menina, enquanto é um momento de promessas de grandeza para o homem.

Seu corpo assume uma nova e inquieta dimensão. O rapaz reivindica suas tendências eróticas porque assume alegremente sua virilidade; nele o desejo sexual é agressivo, preênsil; ele vê nesse desejo uma afirmação de sua subjetividade e de sua transcendência; vangloria-se disso junto dos amigos; o sexo permanece para ele uma perturbação de que se orgulha; o impulso que o impele para a mulher é da mesma natureza daquele que o impele para o mundo, por isso nele se reconhece. Ao contrário, a vida sexual da menina sempre foi clandestina; quando seu erotismo se transforma e invade toda a carne, o mistério vira angústia: (...) não é ativa: é um estado (...); não sonha com pegar, amassar, violentar: é espera e apelo; sente-se dependente; e em perigo na sua carne alienada. (...) Isso porque sua esperança difusa, seu sonho de passividade feliz, lhe revelam com evidência o corpo como um objeto destinado a outrem. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 69)

Mais uma vez, a comunidade reforça comportamentos diferentes sob o mesmo contexto para homens e mulheres. Os homens são incentivados a agir sobre seus desejos sexuais da mesma maneira que são incentivados a agir sobre o restante do ambiente. Neste contexto, o corpo feminino passa a ser objetificado, considerado mais um aspecto do meio que podem conquistar e manipular para obter reforçadores.

. Enquanto isso, as mulheres são punidas por expressarem desejo sexual, por ser algo considerado inadequado. É o homem que deve agir, enquanto ela aguarda passivamente.

Como efeito da severa punição do comportamento sexual, os primeiros estágios desse comportamento geram estímulos condicionados que dão origem às respostas emocionais que interferem na consumação do comportamento. Uma das dificuldades apresentadas pela técnica é que a punição do comportamento sexual pode interferir no comportamento semelhante e sob circunstâncias socialmente aceitáveis (Skinner, 1953, p. 204)

Percebe-se então que a prática observada de que a mulher majoritariamente não busca iniciar relações sexuais, não é em decorrência de uma passividade natural das fêmeas, mas sim uma consequência da punição deste comportamento.

Enquanto o processo de puberdade anuncia um futuro com possibilidade de descobrimento e autoafirmação para os homens, para as mulheres, representa a aproximação de um futuro que agora entende que seja limitante.

(...) os meninos (...), orgulhosos desde a infância de sua virilidade, é para ela que orgulhosamente transcendem no momento da transformação; mostram-se envaidecidos com o pelo que lhes cresce nas pernas e os torna homens. (...) Tornar-se adulto é uma metamorfose que os intimida: muitos adolescentes sentem-se angustiados quando se anuncia uma liberdade exigente; mas é com alegria que alcançam a dignidade de machos. Ao contrário, para transformar-se em adulto, é preciso que a menina se confine

nos limites impostos por sua feminilidade. O menino admira em seus novos pelos promessas indefinidas: ela fica confundida diante do “drama brutal e definido” que detém seu destino. Assim como o pênis tira do contexto social seu valor privilegiado, é o contexto social que faz da menstruação uma maldição. Um simboliza a virilidade, a outra, a feminilidade. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 63)

Desse modo, para o menino, as mudanças que ocorrem na puberdade trazem uma ressignificação e confirmação dos valores que já estavam sendo arbitrariamente construídos. Dadas as contingências para a menina, a puberdade representa uma aproximação de seu encerramento nas obrigações impostas às mulheres. Esta configuração faz com que, no momento em que a mulher se interessa sexualmente por alguém, os respondentes e operantes que caracterizamos como desejo sexual podem caracterizar um “aviso do choque” (Sidman, 1989), visto que foram punidos anteriormente, eliciando respondentes emocionais condizentes com a ansiedade e outra vez criando contingências com subprodutos prejudiciais ao desenvolvimento saudável da menina,

3.3 Contingências Culturais

3.3.1 Controle por exposição às contingências e controle por regras

A imensa sorte do menino está em que sua maneira de existir para o mundo encoraja-o a pôr-se para si. Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, despreza as meninas. Subindo nas árvores, brigando com os colegas, enfrentando-os em jogos violentos, ele aprende seu corpo como um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta; orgulha-se de seus músculos como de seu sexo; através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; ao mesmo tempo conhece as lições severas da violência; aprende a receber pancada, a desdenhar da dor, a recusar as lágrimas da primeira infância. (...) Porém, o mais importante é que não há oposição fundamental entre a preocupação dessa figura objetiva, que é a sua, e sua vontade de se afirmar em projetos concretos. (Beauvoir, 1949/2016b, p.24)

Assim, por mais que aos homens sejam negados o acolhimento inicialmente, escutam que é devido a papéis sociais que devem cumprir. Comportamentos relacionados à virilidade, masculinidade e demonstrações de dominância passam a ser reforçados, enquanto os aversivos produzidos pela negação inicial do acolhimento são contrabalanceados pela possibilidade de explorar livremente o ambiente. A possibilidade de se comportar produzindo alterações no ambiente está relacionada à autoconfiança que a criança apresentará no futuro.

A criança que emitiu comportamentos e foi reforçada aprende a tomar iniciativas, a resolver problemas (emite respostas até ser reforçada pela solução do problema), a persistir diante de tentativas fracassadas até alcançar o sucesso, torna-se independente dos outros, já que ela se basta para conduzir sua vida e para enfrentar as dificuldades do cotidiano e desenvolve sentimentos de segurança, satisfação, coragem etc. (Guilhardi, 2002, p. 13)

Dessa forma, em comparação com as meninas, o menino recebe menos limitações em seus desejos. Pelo contrário, é incentivado pela comunidade a buscá-los, recebendo mais oportunidades de manipular suas contingências e sendo exposto a menos regras.

Ao contrário, na mulher há, no início um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, aprender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 25)

Simultaneamente, as meninas são reforçadas quando agem de maneira reforçadora para os outros, sendo proibidas de explorar o ambiente com a mesma liberdade que é permitida aos pares do sexo oposto

A criança que foi impedida de emitir comportamentos fica privada de reforços positivos, apresenta déficits de comportamentos motores e verbais, não aprende a tomar iniciativas (comportar-se na ausência de controles manejados por outros), nem a solucionar problemas, desiste, facilmente, diante do insucesso, torna-se dependente dos outros e desenvolve sentimentos de medo, ansiedade, insegurança, fobias etc. (Guilhardi, 2002, p. 13)

A partir das descrições da autora, supõe-se que a relação dos meninos com o ambiente se constituiria de forma mais livre, sendo mais amplamente controlada por suas consequências imediatas.

Skinner (1966) explica a distinção entre o comportamento governado por contingências, modelados sob controle direto das contingências, e o comportamento governado por regras, que opera sob controle de instruções verbais. As regras possuem uma importante contribuição na manutenção da cultura, na medida em que possibilita que os conhecimentos da comunidade que são úteis para a sobrevivência sejam transmitidos e permite que o sujeito emita respostas que produzem determinados reforçadores sem que precise entrar em contato direto com as contingências.

No entanto, de modo geral, o comportamento governado por regras possui características mais mecânicas, estereotipadas e rígidas, enquanto o comportamento modelado por contingências é mais variável, flexível, sutil e coordenado. (Castanheira, 2001)

Outras diferenças entre o comportamento controlado por regras e por contingências também foram discutidas por Matos (2001). Para a autora, um indivíduo criado livremente em relação com seu ambiente desenvolve estratégias para discriminar contingências importantes para sua sobrevivência. Assim, seu comportamento se torna especialmente controlado pela modelagem sob contingências naturais, sendo particularmente sensível a mudanças nessas contingências. Uma pessoa a quem sempre foi dito o que fazer, como é o caso das meninas, na perspectiva de Beauvoir, tende a não possuir as mesmas chances de entrar em contato com as contingências naturais. Em consequência, pode se tornar especialmente dependente de contingências sociais e regras sobre como agir, passando a ser insensível a mudanças nas contingências naturais.

O controle por regras exercido para o controle do comportamento das meninas possui uma característica expressivamente coercitiva, na medida que comportamentos incompatíveis com uma suposta feminilidade são punidos. Para ter acesso aos reforçadores sociais dispostos pela comunidade, as meninas precisam se comportar de maneira dócil, passiva e recatada. O tipo de controle por regra exercido neste caso é chamado de aquiescência, que depende essencialmente das contingências sociais (Matos, 2001). Isto significa que o comportamento de seguir a regra é reforçado de forma mediada pela cultura, ao invés de pelas suas consequências naturais. Assim, quando não se comportam em conformidade com os repertórios esperados para seu gênero, as mulheres têm o acesso aos reforçadores sociais da comunidade negados.

Identifica-se, então, mais um malefício sobre o comportamento das mulheres em seu processo de condicionamento. Curiosamente, as consequências citadas para o excesso à exposição ao controle por regras são condizentes com comportamentos que se esperam da mulher; que seja dependente e obediente. Ignora-se que, na verdade, tais traços sejam indicativos de contingências coercitivas, e seu sofrimento

é novamente apagado devido a naturalização da origem destes padrões comportamentais.

3.3.2 Autoconceito e Estreitamento de Repertório

É nesse ambiente que a menina começa a construir também seu repertório acerca de si mesma. Na perspectiva skinneriana, o “*self*” consiste em um repertório verbal que descreve as condições corporais e o comportamento do próprio indivíduo. Tal resposta é instaurada e modelada por meio de contingências sociais arranjadas por uma comunidade verbal, por meio de questionamentos que permitiram que o indivíduo voltasse sua percepção para si, isto é, para o seu corpo e seus comportamentos. Assim, a perspectiva em primeira pessoa, ou a noção de “si próprio” (*self*), só se dá em contingências sociais verbais. (Skinner, 1953)

O sujeito, então, constrói seu repertório acerca de si a partir da forma como a comunidade o percebe e o que explica de suas percepções para a criança. É a partir das reações do outro que a criança conhece a si mesma, ao mesmo tempo que aprende o que é certo e errado.

O reforço social é o que leva o indivíduo a se conhecer. Somente mediante o crescimento gradual de uma comunidade verbal é que o indivíduo se torna “consciente”. Ele acaba por se ver apenas como os outros o veem ou, pelo menos, apenas como os outros insistem em que ele se veja. (Skinner, 1957, p. 175)

Como os repertórios associados à feminilidade possuem notavelmente maiores restrições que os associados à masculinidade, pode ser entendido que tais repertórios condicionados nas mulheres são constituídos fortemente por respostas de esquiva. A menina, portanto, se comportaria em conformidade com as expectativas da comunidade como uma forma de esquivar das represálias que seriam apresentadas caso contrário.

Como elaborado por Sidman (1989), os repertórios aprendidos por meio da esquiva são consideravelmente mais restritos, como pode ser visto na passagem abaixo:

No laboratório, não vemos apenas que o sujeito impede os choques pressionando sua barra, mas que também passa a finalmente fazer pouco mais

que isso. Tudo o mais é punido. (...) Esquivadores raramente fazem o inesperado; ter opções os amedronta. (...) Contingências de esquiva criam especialistas em esquiva. Qualquer aprendizagem que atravessa o caminho de esquiva bem-sucedida é perigosa. (Sidman, 1989, p. 149-151)

Enquanto o menino tem a possibilidade de descobrir seus interesses e repertórios de forma variável e com uma ampla variedade de opções, o caminho destinado às meninas é consideravelmente mais restrito. De acordo com a autora, um dos fatores que contribui para o estreitamento do controle sobre as meninas é o fato de que é principalmente criada por outras mulheres, que repassam os costumes e expectativas que adquiriram em sua própria história de reforçamento.

Uma das maldições que pesam sobre a mulher (...) está em que, em sua infância, ela é abandonada na mão das mulheres. O menino também é, a princípio, educado pela mãe; mas ela respeita sua virilidade e ele lhe escapa desde logo; ao passo que ela deseja integrar a filha no mundo feminino. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 25)

Se antes sempre serviu e obedeceu, agora encontra-se em uma situação em que pode mandar e busca ser reforçada pelos filhos. Em relação ao menino, por ter aprendido que homens exercem uma soberania “natural”, o respeita, enquanto com as filhas mulheres, deseja controlá-las.

A filha é para a mãe ao mesmo tempo seu duplo e uma outra; impõe à criança seu próprio destino: é uma maneira de reivindicar orgulhosamente sua própria feminilidade e também uma maneira de se vingar desta. (...) Do mesmo modo, as mulheres, quando é confiada a elas uma menina, buscam, com zelo em que a arrogância se mistura ao rancor, transformá-la em uma mulher semelhante a si próprias. E até uma mãe generosa, que deseja sinceramente o bem da criança, pensará em geral que é mais prudente fazer dela uma ‘mulher de verdade’, porquanto é assim que a sociedade a acolherá mais facilmente” (Beauvoir, 1949/2016b, p. 25-26)

Encontra-se na mãe um dos agentes coercitivos e perfeito exemplo da discussão na comunidade analítico comportamental de que coerção gera coerção. A mãe, por ter ela mesma passado por este processo de condicionamento, encontra nas contingências de criação dos filhos a oportunidade de exercer controle.

Os estudos de laboratório que temos visto até aqui investigaram os efeitos da coerção sobre indivíduos em ambientes que não incluíam outros sujeitos. Agora compliquemos um pouco o arranjo, colocando um segundo sujeito ao lado do primeiro. Veremos alguma coisa nova. Se aplicarmos um choque em apenas um dos dois sujeitos, este atacará o outro. (Sidman 1989, p. 220)

Entende-se também que não necessariamente tal controle ocorra com a intenção da coerção. A mãe também pode tentar proteger, e repassa os costumes por saber que, caso ela não o faça, a comunidade o fará de forma ainda mais aversiva.

“Portanto, punição e privação levam à agressão. Mas coerção induz mais do que apenas o ato agressivo em si mesmo. Depois de ser punido, um sujeito fará qualquer coisa que possa para ter acesso a outro sujeito que ele possa então atacar. O animal punido pode ser colocado em um compartimento e um par inocente em outro compartimento, com uma porta fechada entre eles. Se o animal punido puder chegar ao outro pressionando uma barra para abrir a porta, rapidamente aprenderá a fazê-lo. Para alguém que acabou de ser punido, a própria oportunidade para atacar prova ser um reforçador positivo.” (Sidman 1989, p. 221)

Entende-se então como os efeitos da coerção podem fazer com que mulheres se tornem coercitivas na criação das filhas, seja por terem sofrido durante a vida e quererem exercer o controle ou por se sentirem obrigadas a podar as filhas por julgar que está oferecendo proteção, que deve ensiná-la a agir assim por ser isso o correto e para que ela seja aceita pela comunidade. Mesmo após a inserção na comunidade verbal e, conseqüentemente, em outros ambientes, a menina continua sendo limitada a relacionar-se com outras mulheres, por serem estes os ambientes nos quais seu comportamento é reforçado.

Dão à menina por amigas outras meninas, entregam-na a professoras, ela vive entre matronas como no tempo do gineceu, escolhem para ela livros e jogos que a iniciem em seu destino, insuflam-lhe tesouros de sabedoria feminina, propõem-lhe virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que da toailete, da arte de seduzir, do pudor. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 26)

Se as mulheres apenas têm acesso a um determinado tipo de relação comportamental, são estas as que aprenderá a reproduzir. Mesmo que deseje algo fora da caixa da feminilidade, a chave para obter tais reforçadores pode não estar em seu repertório, já que outras respostas foram modeladas em sua história de reforçamento. Mesmo que as opções apresentadas não sejam as mais reforçadoras para a menina, são as opções disponíveis em seu ambiente.

(...) vestem-na com roupas incômodas e preciosas das quais precisa cuidar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento: ‘Endireite o corpo, não ande como uma pata’. Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proibem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, a menina é incitada a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 26)

Rankin et al (2009) explica habituação como o declínio na taxa de determinada resposta em decorrência da estimulação repetitiva e que não envolva fadiga sensorial ou motora.

Repetidas exposições a um estímulo resultam em um declínio progressivo de alguns parâmetros de uma resposta a um nível assintomático. Esta mudança pode incluir diminuição na frequência e/ou magnitude da resposta. Em muitos casos, o declínio é exponencial, mas também pode ser linear. (Rankin et al, 2009, p. 2)

Com base nessa definição, é possível afirmar que a repetida exposição a estímulos aversivos também pode gerar habituação nas respostas emocionais decorrentes da presença dos mesmos no ambiente. Assim, o fenômeno da habituação pode desempenhar um importante papel para que a menina aceite as condições que estão sendo impostas. Dado que é exposta a muitos estímulos aversivos, sua tolerância a eles torna-se cada vez maior, até que eventualmente não se questione mais a aversividade dos estímulos, pois estes sempre estiveram presentes no ambiente, e o questionamento também é punido.

(...) Pode compensar a superioridade atual do menino mediante as promessas contidas em seu destino de mulher e que, já nesse momento, realiza em seus jogos. Como ela apenas conhece seu universo infantil, a mãe lhe parece, a princípio, dotada de maior autoridade do que o pai; ela imagina o mundo como uma espécie de matriarcado; imita a mãe, identifica-se com ela” (Beauvoir, 1949/2016b, p. 25-26)

Neste contexto, a menina possui pouca controlabilidade sobre o ambiente, e o que observa é que, por mais que meninos de sua idade sejam mais livres que ela, no futuro, a partir do que viu de mulheres adultas, terá a chance de exercer o controle. Estas são as experiências que a menina vive, então é assim que entende que o mundo seja. Brincadeiras infantis já treinam a menina a exercer os repertórios que observa que serão necessários a ela no futuro. Brincadeiras não possuem apenas um caráter lúdico, mas também uma carga de responsabilidade.

A menina, entretanto, não pode encarnar-se em nenhuma parte de si mesma. Em compensação, põem-lhe nas mãos, a fim de que desempenhe junto dela o papel de alter ego, um objeto estranho: uma boneca. (...) separado, é olhado com alegria e uma espécie de orgulho, a criança esboça com ele o processo de alienação. Mas é um boneco com cara humana (...) que substitui de maneira mais satisfatória esse duplo, esse brinquedo natural que é o pênis. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 23)

Em comparação ao menino, a autora descreve que a menina não tem tantas oportunidades de interação com o meio, e que seu corpo não é valorizado como o

corpo masculino. Um dos ambientes nos quais pode exercer algum tipo de controle é, então, em momentos lúdicos. Ainda assim, as brincadeiras infantis femininas também fazem parte do processo de condicionamento para a feminilidade, como veremos a seguir.

(...)encorajam-na a encantar-se com essas riquezas futuras, dão-lhe bonecas para que tais riquezas assumam logo um aspecto tangível. Sua 'vocaçãõ' é imperiosamente ditada a ela. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 27)

A criança entende tanto pelo que observa quanto pelo que lhe é dito que, quando tiver sua própria família, terá a chance de exercer controle sobre o mundo. Como já mencionado, Skinner (1953) acreditava que a possibilidade de transformar o ambiente é reforçadora em si mesma. Como esse reforçador será apresentado de forma muito atrasada em relação aos comportamentos da criança, são apresentados reforçadores arbitrários, para que os repertórios compatíveis com as expectativas sociais que recaiam sobre as mulheres sejam mantidos até que elas possam assumir sua "vocaçãõ" como organizadoras do lar.

A grande diferença está em que, de um lado, a boneca representa um corpo na sua totalidade e, de outro, é uma coisa passiva. Por isso, a menina será encorajada a alienar-se em sua pessoa por inteiro e considerá-la um dado inerte. Ao passo que o menino procura a si próprio no pênis enquanto sujeito autônomo, a menina embala sua boneca e enfeita-a como aspira ser enfeitada e embalada; inversamente, ela pensa a si mesma como uma maravilhosa boneca. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 23)

Deste modo, a menina reproduz com a boneca as relações comportamentais que se instalaram em seu histórico de reforçamento. O trato de meninas com suas bonecas e o tanto que as enfeitam é, portanto, uma consequência do tanto que elas mesmas foram enfeitadas e aprenderam que isto é algo desejável. A boneca contribui para a instalação e manutenção dos repertórios esperados das mulheres na fase adulta, já que oferece uma espécie de treinamento para a maternidade e para a feminilidade. A forma como a criança cuida da boneca como ela mesma é cuidada pode ser entendida como um processo de imitação do modelo oferecido pelos cuidadores.

A boneca não é somente seu duplo: é também seu filho, funções que não se excluem porque a criança verdadeira é também para a mãe um *alter-ego*; quando ralha, pune e depois consola a boneca, ela se defende contra a mãe e ao mesmo tempo assume a dignidade da mãe: resume os dois elementos do casal; faz confidências à boneca, educa-a, afirma sobre ela sua autoridade soberana. (...) Não há nisso nenhum 'instinto materno' inato e misterioso. A menina constata que o cuidado das crianças cabe à mãe, é o que

lhe ensinam; relatos ouvidos, livros lidos, toda a sua pequena experiência o confirma. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 27)

Ao dissertar sobre os possíveis efeitos da coerção, Sidman (1989) aborda o comportamento tradicionalmente chamado de “deslocamento”, no qual o indivíduo direciona a agressão resultante do controle aversivo a outro indivíduo ou objeto:

Em vez de evitar autocondenação ou condenação social, substituindo ações proibidas por ações aceitáveis, ou atribuindo nossas próprias tendências culpáveis a outros, podemos simplesmente dirigir a conduta desaprovada a alguém que não é provável de nos punir. Refreando-nos de descortesia, de usar a mão pesada da autoridade, da crítica ou da violência em relação a pessoas que estão em posição de devolver a agressão com agressão, "deslocamos" a ação objetável. Nós a recanalizamos em direção a alguém que não está desejoso ou não pode retaliar. (Sidman, 1989, p. 185)

Dessa forma, é possível se esquivar das prováveis consequências coercitivas da agressão da fonte do controle aversivo. Assim, a criança poderia direcionar à boneca os comportamentos agressivos, que se tornaram reforçadores como um efeito do controle aversivo exercido pelos cuidadores.

Além dessa esperança que a boneca concretiza, a vida caseira fornece também à menina possibilidade de afirmação. Grande parte do trabalho doméstico pode ser realizado por criança muito pequena; habitualmente os meninos são dispensados; mas permite-se, pede-se mesmo à irmã, que varra, tire o pó, descasque os legumes, lave o recém-nascido, tome conta da sopa. A irmã mais velha, em particular, é geralmente associada às tarefas maternas. Por comodidade, hostilidade ou sadismo, a mãe descarrega nela boa parte de suas funções; ela é então precocemente integrada no universo da seriedade; o sentido de sua importância a ajudará a assumir sua feminilidade, mas a gratuidade feliz, a despreocupação infantil são-lhe recusadas. (Beauvoir, 1949/2016b, p 30-31)

É possível ver que, desde criança, a menina seja incumbida de responsabilidades com os cuidados da casa e dos irmãos, ao passo que os meninos costumam ser dispensados de tais obrigações. Os reforçadores gerados pelo cumprimento das tarefas domésticas contribuem para a modelagem de comportamentos que a direcionem para os cuidados da casa, do marido e dos filhos.

Mulher antes da idade, ela conhece cedo demais os limites que essa especificação impõe ao ser humano; chega adulta à adolescência, o que dá à sua história um caráter singular. A menina sobrecarregada de tarefas pode ser prematuramente escrava, condenada a uma existência sem alegria. Mas se só lhe pedem um esforço ao seu alcance, ela experimenta o orgulho de ser eficiente como um adulto e regozija-se de ser solidária com as ‘pessoas grandes’. Essa solidariedade é possível por não haver entre a menina e a dona de casa uma distância considerável.” (Beauvoir, 1949/2016b, p. 31)

Dessa forma, a realização de tarefas domésticas que é imposta à menina é reforçada socialmente, gerando a sensação de orgulho pela eficiência descrita pela autora e possibilidade de contribuir com a comunidade como uma “adulta”. Para Skinner, a admiração, como um reforçador social, costuma ser utilizada como recurso para manter um tipo de comportamento cujo controle pelas contingências naturais é ineficiente.

Admiramos pessoas que adotam padrões éticos e morais, que aceitam responsabilidades e que se controlam. Admiramo-las em parte porque os resultados nos são reforçadores, pois o indivíduo é, então, induzido a adaptar-se aos interesses dos outros. Também admiramos tal comportamento simplesmente a fim de mantê-lo. Admiração é uma prática social usada para compensar um controle ineficiente. (Skinner, 1964, p.4)

O emparelhamento dos reforçadores positivos sociais provenientes do cumprimento de tarefas domésticas, em forma de admiração, portanto, poderiam alterar sua função de estímulo, reduzindo seu valor aversivo e introduzindo um valor reforçador positivo. Dessa forma, a criança vê no auxílio que oferece ao adulto uma oportunidade de receber reforçadores sociais, o que vai fortalecendo cada vez mais os comportamentos compatíveis com este destino traçado.

Um homem especializado em seu ofício acha-se separado da fase infantil por anos de aprendizado; as atividades paternas são profundamente misteriosas para o menino; neste, mal se esboça o homem que será mais tarde. Ao contrário, as atividades da mãe são acessíveis à menina; ‘já que é uma mulherzinha’, dizem os pais; e julga-se por vezes que ela é mais precoce do que o menino. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 31)

A diferença fundamental sendo apontada é, portanto, o fato de que meninos podem aproveitar a infância, enquanto meninas já estão sendo preparadas para um futuro restritivo. Retomando o que foi dito anteriormente sobre o processo de desenvolvimento de autoconsciência, pode-se explorar então o mito de que meninas amadureceriam psicologicamente mais rápido, pois mulheres seriam naturalmente preparadas para lidar com as responsabilidades. Na verdade, o que ocorre é um processo de treinamento para a auto-observação em relação à maneira de se portar. Ao mesmo tempo, também são treinadas para observar a comunidade, para que sejam capazes de prever e satisfazer necessidades alheias.

Fica claro então que aos meninos é permitido a experimentação e o descobrimento do que gostariam de fazer, pois os repertórios que precisará quando

adulto só começam a ser exigidos posteriormente, enquanto para a menina, o caminho já está traçado e ela já está sendo treinada na infância.

Apesar dessas compensações, não aceita sem lamento o destino que lhe é apontado; crescendo, inveja a virilidade dos rapazes. Acontece que pais e avós escondem mal que teriam preferido um homem a uma mulher; ou demonstram maior afeição pelo irmão do que pela irmã: inqueritos provaram que os pais, em sua maioria, preferem ter filhos a ter filhas. Falam aos meninos com mais gravidade, mais estima, reconhecem-lhe mais direitos; os próprios meninos tratam as meninas com desprezo; brincam entre si, não admitem meninas em seus grupos, insultam-nas" (Beauvoir, 1949/2016b, p. 31)

As relações que experiencia no ambiente familiar são confirmadas quando passa a socializar com membros da comunidade expandida, encontrando regras semelhantes em relação ao que pode ou não fazer. A percepção da diferenciação do tratamento entre meninas e meninos afeta sua percepção de si mesma, visto que o autoconceito é construído com base nos aspectos do nosso comportamento que a comunidade ressalta para o sujeito.

Na França, nas escolas mistas, a casta dos meninos oprime e persegue deliberadamente a das meninas. Entretanto, se estas querem entrar em competição com eles, bater-se com eles, censuram-na. Elas invejam duplamente as atividades pelas quais os meninos se singularizam: elas sentem um desejo espontâneo de afirmar seu poder sobre o mundo e protestam contra a situação inferior à qual são condenadas. Sofrem, entre outras coisas, a proibição de subir nas árvores, nas escadas, nos telhados. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 31)

A menina, então, entra em um contexto que acrescenta relações coercitivas a um indivíduo com o repertório já encurtado pelas relações coercitivas previamente estabelecidas. O acesso limitado aos reforçadores do ambiente, além das perseguições e opressões emitidas pelos meninos, constitui um ambiente repleto de aversivos, que também interfere na forma como a menina enxerga a si própria, como um indivíduo secundário, incapaz, delicado quando sofre agressões. Além dos estímulos aversivos sendo apresentados, os comportamentos da menina além de tudo são punidos novamente caso tente se defender, por não ser algo "feminino".

(...) A menina a quem essas proezas são proibidas e que, sentada ao pé de uma árvore ou de um rochedo, vê acima dela os meninos triunfantes, sente-se inferior de corpo e alma. Do mesmo modo, se é deixada para trás numa corrida ou numa prova de salto, se é jogada no chão numa briga, ou simplesmente mantida à margem. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 31)

O modelo experimental de derrota social, apresentado por Nico, Leonardi e Zeggi (2016), busca descrever os efeitos da interação de um organismo com outro

que seja mais forte e mais agressivo. De acordo com os resultados, as contingências de derrota social produzem uma série de alterações fisiológicas e comportamentais condizentes com padrões depressivos, como anedonia, diminuição na atividade locomotora, no comportamento exploratório, na iniciativa de cópula, entre outros. É possível traçar um paralelo com a situação vivenciada por meninas em sua infância, que, na convivência com outras crianças, principalmente outros meninos, está sujeita a situações como as descritas pela autora no trecho acima. Observa-se que tais efeitos também são condizentes com a passividade que se espera de mulheres, e, por isso, sua ocorrência não é questionada. Caracteriza-se então mais um contexto no qual a mulher é subjugada e que reforça a noção de que mulheres seriam inferiores.

Quanto mais a criança amadurece, mais seu universo se amplia e mais a superioridade masculina se afirma. Muitas vezes, a identificação com a mãe não mais se apresenta como solução satisfatória; se a menina aceita, a princípio, sua vocação feminina, não o faz porque pretende abdicar: é, ao contrário, para reinar; ela quer ser matrona porque a sociedade das matronas parece-lhe privilegiada; mas quando suas freqüentações, seus estudos, seus jogos e suas leituras a arrancam do círculo materno, ela compreende que não são as mulheres e sim os homens os senhores do mundo. É essa revelação - muito mais do que a descoberta do pênis - que modifica imperiosamente a consciência que ela toma de si mesma. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 32)

Conforme seu ambiente se expande, a menina entra em contato com outras contingências que mostram que, na verdade, por mais que a mãe controle o ambiente doméstico, são os homens os detentores do poder social, interferindo nas noções que a criança constrói sobre si. A consciência não é inerente ao ser humano, mas sim adquirida a partir do contato com a sociedade, já que “o comportamento que chamamos de ‘conhecer’ deve-se a uma espécie particular de reforço diferenciado” (Skinner, 1953). Por conseguinte, é possível afirmar que a consciência que a mulher forma de si quando percebe seu papel limitado nas relações sociais é de que ela mesma seria limitada ou menos capaz. Em relação ao autoconhecimento, Skinner complementa:

Não temos razão para esperar um comportamento discriminativo desta espécie a menos que tenha sido gerado por reforços apropriados. O autoconhecimento é o repertório especial. O ponto crucial não é saber se o comportamento que um homem deixa de relatar é realmente por ele observável, mas sim saber se alguma vez houve razão para observá-lo (Skinner, 1953, 316)

O repertório de autoconhecimento, então, é modelado com base nas demais interações que a criança tem com o meio. Como explicitado anteriormente, a intensa

carga de aversivos presentes no ambiente, em conjunto com o excesso de contingências governadas por regras de fato gera limitações no repertório comportamental da menina. Mesmo que tal consequência não fosse real, e o repertório da menina não sofresse com os efeitos da exposição aos aversivos, Skinner (1969) menciona que as descrições de contingências contidas em uma regra não necessariamente produzem o mesmo efeito que o contato direto com a contingência. De tal forma, a menina não tem noção da extensão de seu próprio repertório, a menos que a comunidade faça com que aspectos deste se tornem parte do ambiente. Dado que o interesse social é de que a menina se acostume à submissão, as respostas de seu repertório que serão trazidas para sua atenção são apenas as condizentes com os padrões comportamentais de feminilidade. Consequentemente, é possível hipotetizar que haja uma dificuldade para a menina em perceber suas reais potências, visto que essas não são reconhecidas, gerando assim uma situação de desconhecimento acerca do próprio repertório.

Vimos que a punição torna aversivos os estímulos gerados pelo comportamento punido. Qualquer comportamento que reduza aquela estimulação é, em consequência, automaticamente reforçado. Agora, entre os tipos de comportamento com maior probabilidade de gerar estímulos condicionados aversivos como resultado de punição está o comportamento de *observar* o ato punido. (...) Como resultado da punição não apenas nos empenhamos em outros comportamentos que excluam as formas punidas, mas empenhamo-nos também em comportamentos que excluam o *tomar conhecimento* do comportamento punido. (Skinner, 1953, p. 318)

Dessa maneira, as contingências nas quais a menina está inserida propiciam um desconhecimento não só acerca do próprio repertório, mas também das relações comportamentais que os mantêm. Skinner (1953) afirma que o desconhecimento acerca de contingências que geram determinados comportamentos é um dos motivos que levam as pessoas a acreditarem em causas internas ou naturais para os mesmos. No caso sendo discutido, é também um fator que, portanto, dificultaria a mudança em tais contingências para que eventualmente alcancemos uma sociedade mais igualitária no tratamento de pessoas do sexo feminino.

A hierarquia dos sexos manifesta-se a ela primeiramente na experiência familiar; compreende pouco a pouco que se a autoridade do pai não é a que se faz sentir mais cotidianamente, é entretanto a mais soberana; (...) nos momentos importantes é em nome dele que ela exige, recompensa ou pune. (...) Habitualmente trabalha fora e é por intermédio dele que a casa se comunica com o restante do mundo: ele é a encarnação desse mundo aventureiro, imenso, difícil, maravilhoso (...). Mas a situação da criança é,

então, profundamente mudada: é chamada a tornar-se um dia uma mulher semelhante à sua mãe - nunca será o pai. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 33)

Na dinâmica familiar, a menina observa que, por mais que esteja menos presente, o pai é a maior autoridade dentro da casa. Se está ausente com frequência é porque possui maior domínio sobre o mundo exterior, e, mesmo que a mãe controle a casa, o faz em nome do pai. Quando começa a frequentar outros ambientes, percebe que “o pai não é, de resto, o único a deter as chaves do mundo: todos os homens participam normalmente do prestígio viril” (Beauvoir, 2016), e encontra uma reprodução das mesmas dinâmicas que favorecem aos homens.

Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governam, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino. (...) Nas narrativas contemporâneas, como nas lendas antigas, o homem é o herói privilegiado. (...) Nos romances de aventura são os meninos que fazem a volta ao mundo, que viajam como marinheiros nos navios, que se alimentam na floresta com a fruta-pão. Todos os acontecimentos importantes ocorrem por intermédio dos homens. A realidade confirma esses romances e essas lendas. Se a menina lê os jornais, se ouve a conversa dos adultos, constata que hoje, como outrora, os homens dirigem o mundo. Os chefes de estado, os generais, os exploradores, os músicos, os pintores que ela admira são homens. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 34-35)

Quanto mais o ambiente da menina se expande, mais exemplos recebe de que são os homens que se encontram em posições de destaque, e os modelos femininos que recebe estão em complacência com o lugar da feminilidade. Assim como na realidade, também nos contos e nos mitos que escuta, o destino reservado à mulher é sempre o mesmo.

A autora comenta ainda que as contingências apresentadas podem ser ainda mais restritas no caso de famílias religiosas, por ser este também um ambiente que confirma o local de submissão da mulher ao homem.

Esse prestígio reflete-se no mundo sobrenatural. Geralmente, em virtude do papel que a religião assume na vida das mulheres, a menina, mais dominada pela mãe do que o irmão, sofre mais igualmente, as influências religiosas. Prostrada, com o rosto afundado nas mãos, ela conhece o milagre da renúncia; de joelhos, sobe ao céu; seu abandono nos braços de Deus assegura-lhe uma Assunção envolvida em nuvens e anjos. É sobre essa maravilhosa experiência que ela calca seu futuro terrestre. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 35-36)

Encontra-se em certas escrituras religiosas a explicitação da obediência exigida, fortalecendo ainda mais as contingências limitantes em que a menina já está inserida ao oferecer diversos exemplos de figuras que reforçam o lugar da devoção e abjeção de si em favor do outro.

Skinner (1953) define agências controladoras como grupos que controlam seus membros com base apenas nos valores éticos que dita, sendo a religião uma das agências de controle atuantes em nossa sociedade. Uma das características das agências controladoras é a de que se utilizam da coerção e punição como principal forma de controle. Ao se referir particularmente às religiões, o autor explica como poderiam fortalecer as regras que já estão presentes no ambiente:

Classifica-se o comportamento, não simplesmente como “bom” e “mau”, “legal” ou “ilegal”, mas como “moral” e “imoral” ou “virtuoso” e “pecaminoso”. É então reforçado ou punido de acordo. (Skinner, 1953, p. 384)

Nestas contingências, há disposição de reforçadores muito semelhante às demais que a menina já vivencia, e, de tal maneira, as regras apresentadas deixam de ser apenas expectativas da comunidade e tornam-se uma missão divina, um propósito maior para a existência.

Ao analisar mais cautelosamente os modelos que a menina recebe, é possível entender melhor os modelos que são estabelecidos para ela.

Ela aprende que para ser feliz é preciso ser amada; para ser amada é preciso aguardar o amor. A mulher é a Bela Adormecida, Cinderela, Branca de Neve, a que recebe e suporta. Nas canções, nos contos, vê-se o jovem partir aventurosamente em busca da mulher; ele mata dragões, luta contra gigantes; ela se acha encerrada em uma torre, um palácio, um jardim, uma caverna, acorrentada a um rochedo, cativa, adormecida: ela espera. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 37)

É possível perceber que as “histórias para meninas” também são consequência de influências prévias do patriarcado na estrutura social, as personagens são construídas dentro das expectativas de feminilidade, delicadeza e passividade. Em comum entre elas encontra-se não só as características, mas também a mesma narrativa: de que seu principal objetivo é encontrar um parceiro com o qual viverá “feliz para sempre”. Identifica-se então mais uma variável que fortalece as determinações de que a menina deve se comportar de acordo com os padrões impostos para que seja recompensada por isso ao exemplificar os reforçadores sendo prometidos.

As histórias que a menina ouve reforçam a noção de que é dependente de um homem para que seu destino possa se concretizar; acredita que a felicidade é encontrada na construção de um relacionamento amoroso estável e estabelecimento de uma família a partir disso, pois são estes os reforçadores que foram arbitrariamente estabelecidos pela comunidade – o afeto é a recompensa pela servidão, a possibilidade de ser valorizada pelo que faz pelos outros, enquanto a construção de uma família representa a possibilidade de exercer algum controle sobre o mundo, como foi treinada para fazer.

Com suas amigas, aparenta desprezar os meninos que a desprezam; isolam-se deles e deles caçoam. Mas, na realidade, ela se sente lisonjeada quando eles a tratam em pé de igualdade, e almeja a aprovação deles. Deseja pertencer à casta privilegiada.” (Beauvoir, 1949/2016b, p. 42)

Deste modo, mesmo que as interações com indivíduos do sexo oposto não sejam necessariamente reforçadoras, são pareadas com outros reforçadores que mantêm estas contingências. Ao aprender que as mulheres não possuem real controle nos grupos, a aprovação masculina torna-se um reforçador condicionado pois são os homens que dispõem dos demais reforçadores e é assim que a menina consegue obtê-los.

. Ao cumprir este objetivo, a mulher também conseguiria o reconhecimento da comunidade, um reforçador que dificilmente é obtido de outras formas. Como já aprendeu desde cedo, as mulheres que não cumprem com isso, além de tudo, são punidas severamente.

A suprema necessidade para a mulher é seduzir um coração masculino; mesmo intrépidas, aventureiras, é a recompensa que todas as heroínas aspiram; e o mais das vezes não lhes é pedida outra virtude senão a beleza. Compreende-se que a preocupação da aparência física possa tornar-se para a menina uma verdadeira obsessão; é preciso sempre estar bonita para conquistar o amor e a felicidade. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 37)

Fica estabelecido então que uma importante peça para alcançar os reforçadores encontra-se em sua aparência. A imposição de padrões de beleza além dos padrões de comportamento é mais uma forma de restringir o controle sobre a liberdade da mulher. Ao mesmo tempo que pregam que a essência da feminilidade seja algo natural, exigem que a mulher faça diversas alterações artificiais em seu corpo para atender expectativas estéticas. Precisa investir seu tempo e recursos financeiros para se manter dentro do padrão, caso contrário, será julgada. Isto impõe

às mulheres um custo de resposta com a manutenção do feminino que não existe para os homens.

Muitas vezes, as jovens belezas destinadas a um futuro glorioso começam aparecendo num papel de vítima; as histórias (...) não são tão inocentes como parecem; amor e sofrimento nelas se entrelaçam de maneira perturbadora; é caindo no fundo da abjeção que a mulher assegura para si mesma os mais deliciosos triunfos; quer se trate de Deus, quer de um homem, a menina aprende que, aceitando as mais profundas renúncias, se tornará todo-poderosa. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 38)

Pode-se observar então que os contos possuem um importante papel na naturalização do sofrimento feminino. Estabelecem que as dificuldades e sofrimento são parte inevitável do caminho da mulher, que é algo que ela deve suportar para alcançar a felicidade. Retomando Rankin et al (2009), outra característica do processo é que “quanto maior a frequência da estimulação, mais rápida e/ou pronunciada é a habituação”. Sendo assim, como já teve contato com uma grande carga de aversivos previamente, a menina “aceita” que o sofrimento seja seu destino. Uma vez que já está habituada ao mesmo, a aceitação ocorre cada vez mais rápido.

Toda uma coorte de ternas heroínas machucadas, passivas, feridas, ajoelhadas, humilhadas, ensinam à jovem o fascinante prestígio da beleza martirizada, abandonada, resignada. Não é de espantar que, enquanto o irmão brinca de herói, a menina desempenha de bom grado papel de mártir: os pagãos a jogam às feras, Barba Azul a arrasta pelos cabelos, o rei seu marido a exila no fundo da floresta; ela se resigna, sofre, morre e sua fronte cobre-se de glória. (Beauvoir, 1949/2016 b, p. 38)

Sabe-se que, pelas leis do comportamento, quando os estímulos aversivos são apresentados antes de um contexto de reforçamento positivo, é possível que haja emparelhamento do reforço positivo com a estimulação aversiva, tornando-se esta um reforçador positivo condicionado.

Podemos ir um passo além. Acreditando incorretamente que certos eventos são inerente e imutavelmente punidores, podemos transformar a dor e o sofrimento em reforçadores positivos. Eventos considerados como punidores então sustentarão, em vez de eliminar, atos que os produzem. O resultado de tal transformação será uma pessoa que busca a punição. Isto é facilmente demonstrado no laboratório. Tudo que temos de fazer é tornar o choque uma pré-condição necessária para comer. (Sidman, 1989, p. 88)

Dado que a comunidade apresenta reforçadores para as mulheres quando são solícitas, este pareamento de estímulos somado com a naturalização da ideia de que o sofrimento é inerente à condição da mulher fortalece os comportamentos de submissão.

Ela se irrita por ser freada pelas regras da decência, incomodada com suas roupas, escravizada aos cuidados da casa, detida em todos os seus impulsos. A esse respeito fizeram inquéritos que, quase todos, deram o mesmo resultado: todos os meninos – como Platão outrora – declaram que teriam horror de ser meninas; quase todas as meninas lamentam não ser meninos. Segundo as estatísticas de Havelock Ellis, um menino em cem desejaria ser menina; mais de 75% das meninas gostariam de trocar de sexo. Segundo uma pesquisa de Karl Pipal (...), de 20 meninos de 12 a 14 anos, 18 disseram que prefeririam qualquer coisa no mundo a ser meninas; em 22 meninas, 19 disseram que gostariam de ser meninos(...). (Beauvoir, 1949/2016b, p. 42)

O processo de adequação à feminilidade caracteriza-se pela apresentação de estímulos aversivos e pelo estabelecimento de contingências predominantemente coercitivas. Seus efeitos são sentidos tanto pelas meninas, que recebem diretamente as punições, quanto pelos meninos, que observam as limitações aplicadas ao outro sexo.

(...) e davam as seguintes razões para justificá-lo: ‘Os homens não sofrem como as mulheres... Minha mãe gostaria mais de mim... O trabalho do homem é mais interessante... Um homem tem mais capacidade para o estudo... Eu me divertiria amedrontando as meninas... Não teria mais medo dos meninos... Eles são mais livres... Os jogos dos meninos são mais divertidos... Eles não são perturbados pelas roupas...’ Essa última observação repete-se muito: as meninas queixam-se quase todas de que os vestidos atrapalham, de que não têm liberdade de movimentos, de que são obrigadas a cuidar da saia ou dos vestidos (Beauvoir, 1949/2016b, p. 42)

No trecho acima, quando observamos os motivos pelos quais as meninas gostariam de ser do sexo oposto, o que encontramos são os efeitos da coerção sendo sentidos. Dizer que “os homens não sofrem como as mulheres” implica afirmar que são expostos a menos estímulos aversivos. Percebem também que os meninos possuem maior variabilidade de reforçadores disponíveis em seu ambiente, e mais possibilidades tanto no presente (“os jogos dos meninos são mais divertidos”) quanto no futuro (“o trabalho dos homens é mais interessante”). Aos meninos, é permitido que brinquem livremente e possam exercitar sua criatividade, enquanto as meninas são restritas a contingências que as preparam para seu futuro enquanto cuidadoras do grupo.

Ao discutir sobre os subprodutos emocionais do controle, Skinner (1953) cita respondentes emocionais descritos como medo, ira/raiva, ansiedade e depressão.

Nota-se que o medo de pares do sexo oposto também está presente como consequência das contingências nas quais é constantemente subjugada. Tal relação também contribui para o fortalecimento de repertórios de fuga e esquiva.

O procedimento controlador que leva o indivíduo a fugir também dá origem ao padrão emocional do medo. (...)Essas respostas também podem ser acompanhadas por uma profunda mudança no comportamento operante – um aumento na probabilidade de emissão de qualquer comportamento que leve a fugir e a um enfraquecimento geral de outras formas. (Skinner, 1953, p. 393)

A afirmação de que meninos são mais livres explicita o fato de que a eles é reservado o direito de explorar e serem modelados pelas contingências, enquanto as meninas são inseridas principalmente em contingências de controle por regra. O fato de que não precisam se preocupar com as roupas se traduz em mais uma regra que implica um alto custo de resposta às meninas, e de respostas concorrentes com outras potencialmente mais reforçadoras, mas que não encerrariam o aversivo apresentado pela comunidade.

Compreende-se agora que drama dilacera(...): ela não pode tornar-se adulta sem aceitar sua feminilidade; ela já sabia que seu sexo a condenava a uma existência mutilada e paralisada; (...)É ferida, envergonhada, inquieta, culpada que ela se encaminha para o futuro. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 74)

Entende-se então que, desde o início de sua vida, a menina está inserida em relações comportamentais restritivas, com excesso de aversivos e regras presumivelmente também aversivas, em grande parte. Como explicado anteriormente (Skinner, 1953; Sidman, 1989; Matos, 2011) este arranjo de contingências possui diversas consequências na formação do repertório de um sujeito. Uma dessas contingências sendo a adição de estímulos aversivos emocionais em decorrência das punições acrescentadas no ambiente.

Fortes *predisposições* emocionais são também vividas pelos primeiros passos de um comportamento punido. São o principal ingrediente daquilo que chamamos de culpa, vergonha ou sentimento de pecado. (Skinner, 1953, p. 204)

Além da eliciação de respondentes emocionais aversivos, os repertórios resultantes desse processo são caracterizados pela predominância de respostas de

fuga e esquivas. Tais repertórios tendem a ser mais restritos, visto que o sujeito se comporta apenas em função de evitar os aversivos, e não para obter reforçadores positivos (Skinner, 1953; Sidman, 1989).

Aprendendo como se esquivar de choques, sujeitos de laboratório estão também aprendendo muito mais. Todo choque, por exemplo, pega o rato fazendo algo mais. Porque é menos provável que ele repita aquele ato, choques subsequentes não o encontrarão fazendo alguma outra coisa. Até que o sujeito aprenda a pressionar sua barra de esquivas, a punição segue mais e mais de suas ações. (...) Pressionando a barra, o animal desliga o próximo choque. Se acontece de ele pressionar exatamente quando o choque está para vir, aquele choque será cancelado. Pressionar a barra é o único ato que o choque jamais segue. Portanto, mesmo sem sinais de aviso, o sujeito aprende a tomar o caminho reto e seguro, fazendo a única coisa que nunca será punida. Pressionar a barra é seguro. (Sidman, 1989, p. 146)

Uma pessoa cercada por reforçadores positivos possui mais repertórios de exploração, maior variabilidade comportamental e maior adaptabilidade do que um sujeito com repertórios construídos por meio de fuga e esquivas (Skinner, 1953; Sidman, 1989). Para poder evitar os aversivos, a única opção do sujeito é que pressione a barra, no caso, que se conforme aos padrões de feminilidade.

Outra parte delas são as predisposições para agir: se houver chance, a fuga, se não, o ataque – direto ou indireto à fonte eliciadora – e, se isto também não for possível, ainda há a possibilidade de simplesmente resistir, não se comportando de acordo com o exigido. Além do fato de estas respostas interferirem com a resposta que operaria a remoção efetiva de tais estímulos, no contexto social elas próprias podem passar a ser também consideradas como ‘infração’. E então mais relações aversivas! (...) Este é o efeito mais importante do controle aversivo: uma vez criados, estes novos estímulos aversivos passam a ser operações motivadoras evocativas de toda e qualquer (com ênfase no qualquer) resposta que os remova, ou pior, que minimamente os suavize, nem que seja por um curto e imediato período de tempo. (Guedes, 2011, p. 66)

Dessa forma, o que observamos como resultante na situação da mulher é que, de qualquer maneira, seu repertório será o desejado pela sociedade. A menina encontra-se na passividade tanto nos cenários em que seu comportamento foi reforçado positivamente quanto nos cenários em que seu comportamento foi punido,

e o estreitamento do repertório e submissão se apresentam como consequências da punição.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo descrever algumas das contingências que atuam na manutenção do patriarcado e configuram relações coercitivas para as mulheres. Ao longo do estudo, pode-se perceber que, assim como a autora defende, não existe essência que faça com que as mulheres se comportem de maneira feminina, mas sim que a feminilidade é resultante de um longo e cansativo processo de condicionamento, que acarreta diversos malefícios para o sexo feminino.

Jogos e sonhos orientam a menina para a passividade; mas ela é um ser humano antes de se tornar uma mulher; e já sabe que aceitar a si mesma como mulher é renunciar e mutilar-se; (...) Seu destino aparece como protótipo da insossa *repetição*: por ela a vida apenas se repete estupidamente sem levar a lugar algum. Presa a seu papel de dona de casa, ela detém a expansão da existência, é obstáculo e negação. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 41)

Fica explicitada a existência de um modelo que deve ser seguido a qualquer custo. Seja no ambiente familiar, escolar ou demais exemplos da comunidade expandida, tudo aponta para um único caminho possível, criando uma situação na qual a mulher está situada entre se submeter aos aversivos da feminilidade ou os aversivos da reprovação de não cumprir as regras. De qualquer forma, não está livre da coerção.

Não somente sofrem com isso como sendo uma privação e uma injustiça, mas ainda o regime que as condenam não é saudável. A exuberância da vida é nelas barrada, seu vigor inutilizado transforma-se em nervosismo; suas ocupações demasiado sensatas não esgotam seu excesso de energia; se aborrecem por tédio. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 43)

Skinner (1953), ao falar dos subprodutos do controle aversivo, complementa:

(...) o adulto pode ficar deprimido, ressentido, taciturno, indiferente, ou enfadado, dependendo de pormenores do controle (o tédio se origina não apenas porque não há nada para fazer, mas porque nada pode ser feito – seja porque uma situação é desfavorável à ação, seja porque o grupo ou a agência controladora impôs restrição física ou autorrestrição). (Skinner, 1953, p. 395)

Deste modo, as diferenças que podem ser notadas no comportamento de homens e mulheres não implicam em uma inferioridade natural. Elas são, na verdade, produtos de contingências estabelecidas de maneira arbitrária.

Ademais, outra característica do processo de condicionamento feminino é que as relações coercitivas se apresentam de maneira exponencial. Quanto mais a menina cresce e entra em contato com diferentes ambientes, mais percebe o quão limitante é

o seu destino, pois mais de suas respostas que forem produto de contingências naturais que não correspondam às regras serão punidas.

Entretanto, com a adição de cada novo elemento punidor em nosso ambiente, nossas vidas tornam-se menos satisfatórias, mais desesperadas. Se encontramos punição frequentemente, aprendemos que o caminho mais seguro é ficar quieto e fazer tão pouco quanto possível. (...) Quando quer que sejamos punidos, mais e mais elementos de nosso ambiente tornam-se reforçadores negativos e punidores. Ficamos cada vez mais sob controle coercitivo(...). (Sidman, 1989, p. 102)

Torna-se impossível negar o fato de que a atual disposição de reforçadores gera sofrimento psíquico além do impedimento de exercer controle sobre o mundo para as mulheres. Certos reforçadores nunca estarão disponíveis a ela, e os que estão exigem um custo de resposta maior a ela do que aos pares do sexo oposto que se propõem a fazer a mesma coisa.

É uma estranha experiência, para um indivíduo que se sente como sujeito, autonomia, transcendência, como um absoluto, descobrir em si, a título de essência dada, a inferioridade: (...)É o que acontece à menina quando, fazendo o aprendizado do mundo, nele se percebe mulher. A esfera a que pertence é cercada por todos os lados, limitada, dominada pelo universo masculino: por mais alto que se eleve, por mais longe que se aventure, haverá sempre um teto acima de sua cabeça, muros que lhe barrarão o caminho. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 44)

Assim, a submissão desejada das mulheres é alcançada, não porque essa é sua vocação, mas em decorrência das punições para todos os comportamentos que não sejam relacionados ao universo feminino.

Hoje, graças às conquistas do feminismo, torna-se dia a dia mais normal encorajá-la a estudar, a praticar esporte; mas perdoam-lhe mais facilmente do que ao menino o fato de fracassar; tornam-lhe mais difícil o êxito, exigindo dela um outro tipo de realização: querem, pelo menos, que ela seja *também* uma mulher, que não *perca* sua feminilidade. (Beauvoir, 1949/2016b, p. 26)

Por mais que atualmente as mulheres tenham relativamente mais oportunidades do que tiveram no passado, e o círculo da feminilidade esteja menos estreito, esta ainda é obrigatória para que a mulher seja reforçada pela comunidade e escape de punições. Assim, caso queira ocupar outros espaços, precisa estar dentro dos padrões, ou não será aceita.

(...) todos [os comportamentos de fuga] têm em comum um fato: fortaleceram-se porque removeram e removem com alguma eficiência, não necessariamente os estímulos aversivos geradores do estado corporal, mas, sim, o próprio estado corporal desconfortável. E esse é o problema: nada está sendo resolvido; se sobre as contingências originais do estado corporal desconfortável não foram feitas mudanças, claramente se elas não foram retiradas e continuam presentes. (Guedes, 2011, p. 66-67)

De tal forma, o problema maior reside no fato de que, por mais que esteja desligando os aversivos para si, não gera alterações nas contingências que o produzem. Como consequência, os aversivos continuam sendo apresentados.

O indivíduo está sujeito a um controle mais poderoso quando duas ou mais pessoas manipulam variáveis que têm um efeito comum sobre seu comportamento. Isso acontece quando duas ou mais pessoas se propõem a controlá-lo do mesmo modo. Geralmente a condição fica satisfeita quando os membros de um grupo competem por recursos limitados. Um sistema social (...) então se estabelece, no qual o reforço positivo de um é negativo para outro. Na expressão “os despojos de guerra” o reforço do conquistador é designado pelo efeito aversivo sobre o conquistado. (Skinner, 1953, p. 353)

Conclui-se também que as contingências vigentes em nossa sociedade não são um acaso, mas sim planejadas para que ocorram desta maneira. Muitas outras contingências dependem dos comportamentos de cuidado sendo emitidos pelas mulheres, e o fato de que estão sofrendo é ignorado pois considera-se que seu trabalho é vantajoso para a comunidade.

Quando vantagens para a comunidade superam o valor que atribuímos a uma vida individual, admiramos e recompensamos atos de auto sacrifício; soldados que se ferem no resgate de camaradas recebem medalhas. (Sidman, 1989, p. 95)

Assim, as mulheres são recompensadas apenas com o reforçador arbitrário de saber que estão cumprindo seu papel, algo que não é suficiente para compensar a quantidade de estímulos aversivos aos quais é exposta.

Vale ressaltar que as descrições trazidas pela autora são de um contexto histórico e local específicos, de modo que não contempla especificidades e nuances da cultura brasileira, bem como a interferência de variáveis de raça e classe. Um dos preceitos fundamentais da Análise do Comportamento é de que o mais relevante para

uma análise de contingências acertada são as variáveis que ainda atuam no presente momento, não necessariamente as variáveis que exerceram controle no passado.

Além disso, os trechos analisados explicitam como se dão as relações da mulher dentro da estrutura patriarcal, conseqüentes da ideia de que as mulheres devem servir à família e à comunidade, mas não explicam a origem da desigualdade de gênero. No entanto, diante da dificuldade de uma completa recuperação histórica, seria mais produtivo focar os esforços em gerar mudanças.

Entende-se a urgência de alteração nas contingências que produzem desigualdade para que as possibilidades de obter reforçamento positivo sejam equiparadas. Sabendo que o sujeito que melhor se adapta ao ambiente é aquele que foi exposto a contingências favoráveis à variação e seleção, por mais que seja possível identificar reforçadores iniciais para a sujeição da mulher, a longo prazo, seria melhor para a comunidade que elas pudessem exercer controle sobre o ambiente de outras formas. De tal modo, se torna possível que as mulheres contribuam verdadeiramente para a solução de questões relevantes para a humanidade.

A partir disso, é possível afirmar que papéis de gênero então são limitantes e precisam ser combatidos para que as pessoas possam contribuir com a sociedade de acordo com suas aptidões e vontades, e não com o que foi pré-determinado de acordo com seu sexo. O incentivo à luta feminista é benéfico não apenas para elas, mas para toda a comunidade, visto que, por mais que sejam beneficiados pelas estruturas de poder, também há conseqüências aversivas para os homens pela não conformidade com papéis de gênero, ainda que em menor intensidade, frequência e magnitude que para as mulheres.

Há muito a se entender em relação a condição da mulher na nossa sociedade. A partir da descrição das contingências, é possível que se trace planos para que elas sejam modificadas. Sabemos pelo que foi dito por Skinner (1953) que um comportamento ocorre porque tem uma função. É necessário então buscar formas através das quais os mesmos reforçadores possam ser obtidos para o grupo de forma que não gere estimulação aversiva para as mulheres. Para isso, seria necessária uma redistribuição de tarefas e superação da ideia de que a servidão é o destino da mulher.

Aqui foram apresentadas contingências que descrevem e explicam as assimetrias no processo de condicionamento de pessoas do sexo feminino e masculino que resultam na desigualdade de gênero. Ainda é possível e necessário que se estude o que podemos fazer para criar estratégias que produzam mudanças sobre estas contingências, assim avançando a luta pelos direitos da mulher e dando mais passos em direção a um mundo livre de coerção.

5 REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, v. 1, 2016.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, v. 2, 2016.
- COUTO, A. G., DITTRICH, A.. Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 8, n. 2, p. 147-158, 2017.
- DE ROSE, J. C., MCLLVANE, W. J., DUBE, W. V., GALPIN, V. C. & STODDARD, L.T. Emergent simple discrimination established by indirect relation to differential consequences. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 50, 1-20, 1988
- DE ROSE, J. C., & BORTOLOTTI, R. A equivalência de estímulos como modelo do significado. *Acta Comportamentalia*, 15, 88-102, 2007.
- GUEDES, M. L. Porque o controle aversivo não é uma possibilidade na clínica. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 19, p. 65-70, 2011.
- GUILHARDI, H. J. Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade. In: Maria Zilah Brandão, Fátima C. S. Conte e Solange M. B. Mezzaroba (Orgs.). *Comportamento Humano: Tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor*. Santo André: ESETec, 2002.
- MATOS, M. A. Comportamento governado por regras. *Rev. bras. ter. comport. cogn.*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 51-66, dez, 2001.
- NICO, Y., LEONARDI, J. L. & ZEGGIO, L. Introdução e Análise do Comportamento e Depressão: Aspectos Conceituais e Empíricos. In *A Depressão como Fenômeno Cultural da Sociedade Pós-moderna-Parte I: Um Ensaio Analítico-Comportamental dos Nossos Tempos*. pp. 25-42.2, 2016.
- RANKIN, C. H., ABRAMS, T., BARRY, R. J., BHATNAGAR, S., CLAYTON, D. F., COLOMBO, J. & THOMPSON, R. F. Habituation revisited: an updated and revised

description of the behavioral characteristics of habituation. *Neurobiology of learning and memory*, 92(2), 135-138, 2009.

RUIZ, M. R. BF SKINNER'S RADICAL BEHAVIORISM: HISTORICAL MISCONSTRUCTIONS AND GROUNDS FOR FEMINIST RECONSTRUCTIONS. **Behavior and Social Issues**, v. 5, n. 2., 1995.

RUIZ, M. R. Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. **The Behavior Analyst**, v. 21, n. 2, p. 179-192, 1998.

RUIZ, M. R. Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. **The Behavior Analyst Today**, v. 4, n. 1, p. 12, 2003.

RUIZ, M. R., ROCHE, B. Values and the scientific culture of behavior analysis. **The Behavior Analyst**, v. 30, n. 1, p. 1-16, 2007.

SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas, SP: Editorial Psy, 1995.

SILVA, Emanuelle Castaldelli; LAURENTI, Carolina. BF Skinner e Simone de Beauvoir: "a mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. **Revista Perspectivas**, v. 7, n. 02, p. 197-211, 2016.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. New York: The Macmillan Company, 1953

SKINNER, B. F. Homem. Publicado no *Proceedings of the American Philosophical Society*, 1964, 108, 482-485. Revisão da tradução feita por Noreen C. de Aguirre e Hélio José Guilhardi, baseada na publicação do texto em Skinner, B. F. *Cumulative Record*. B. F. Skinner Foundation: Cambridge, M A, 1999.

SKINNER, B. F. *Questões Recentes na Análise Comportamental*. Campinas: Papyrus. Cap.3, 1989.

SKINNER, B. F. Seleção por Consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (ReBAC)**, v. IX, p. 129, 1981/2007.

STANLEY, N., BARTER, C., WOOD, M., AGHTAIE, N., LARKINS, C., LANAU, A., ÖVERLIEN, C. Pornography, sexual coercion and abuse and sexting in young people's

intimate relationships: A European study. *Journal of Interpersonal Violence*, March 6, 1-26, 2016.